



Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores

Diário da Sessão

VIII Legislatura

Número: 99

IV Sessão Legislativa

Horta, Quinta-Feira, 13 de Março de 2008

Presidente: *Deputado Fernando Menezes*

Secretários: *Deputados António Loura e Cláudio Lopes*

Sumário

(Os trabalhos tiveram início às 15 horas e 10 minutos)

Após a leitura da correspondência, foi apresentado pelo Sr. Deputado Pedro Gomes, do Grupo Parlamentar do Partido Social Democrata, um **Voto de Protesto pelo encerramento de serviços locais de finanças**”.

Sobre o mesmo, usaram da palavra os Srs. Deputados Francisco Coelho (*PS*) e Artur Lima (*CDS/PP*).

Submetido à votação o voto foi rejeitado por maioria.

Seguiu-se uma comunicação à Assembleia, por parte do Sr. Secretário Regional da Agricultura e Florestas (*Noé Rodrigues*).

No debate, participaram os Srs. Deputados Luís Henrique Silva (*PSD*), Artur Lima (*CDS/PP*) e Lizuarte Machado (*PS*).

Iniciado o período para intervenções de interesse político relevante, usaram da palavra os Srs. Deputados Jorge Macedo (*PSD*), Artur Lima (*CDS/PP*), Lizuarte Machado (*PS*), Nélia Amaral (*PS*), José Manuel Bolieiro (*PSD*), Piedade Lalanda (*PS*), Aires Reis (*PSD*), Rogério

Veiros (*PS*), Clélio Meneses (*PSD*), Francisco Coelho (*PS*), bem como os Srs. Secretários Regionais da Economia (*Duarte Ponte*) e da Presidência (*Vasco Cordeiro*).

A **Agenda da Reunião** iniciou-se com a apresentação de vários diplomas.

- **Apresentação da Proposta de Resolução que Resolve encarregar a CAPAT de nas suas funções de acompanhamento da actividade política e administrativa se ocupar especificamente da verificação das condições em que estão a ser exercidas as obrigações de serviço público de rádio e televisão nos Açores;**

O diploma foi apresentado pelo Sr. Deputado Artur Lima (*CDS/PP*).

- **Apresentação da Anteproposta de Lei Primeira alteração à Lei n.º. 19/2004, de 20 de Maio, que procede à Revisão da Lei Quadro que define o regime e forma de criação das Polícias Municipais,** pelo Sr. Deputado Francisco Coelho (*PS*).

- **Apresentação das Propostas de Resolução que visam instituir o plenário sénior e o plenário jovem,** apresentado pela Sra. Deputada Catarina Furtado, do Grupo Parlamentar do PS.

Seguiu-se a apresentação da **Anteproposta de Lei que procede à 5ª alteração ao Código de Estrada, reduzindo a taxa de álcool tolerado no sangue dos condutores,** pelo Sr. Deputado José Manuel Bolieiro, do Grupo Parlamentar do PSD.

Sobre a mesma usaram da palavra os Srs. Deputados Ana Isabel Moniz (*PS*), Artur Lima (*CDS/PP*), Francisco Coelho (*PS*), Piedade Lalanda (*PS*) e o Sr. Secretário Regional da Habitação e Equipamentos (*José Contente*).

Submetida à votação, a Anteproposta de Lei foi aprovada por unanimidade.

Em seguida, foi apresentado pelo Sr. Deputado Artur Lima (*CDS/PP*) o **Pedido de Urgência e Dispensa de Exame em Comissão que Resolve encarregar a CAPAT de nas suas funções de acompanhamento da actividade política e administrativa se ocupar especificamente da verificação das condições em que estão a ser exercidas as obrigações de serviço público de rádio e televisão nos Açores;**

Usou da palavra o Sr. Deputado Francisco Coelho (*PS*).

O pedido de urgência foi rejeitado por maioria

Seguiu-se a votação dos **Relatórios e pareceres sobre as autorizações para prestarem depoimento como testemunhas os Srs. Deputados Jorge Alberto Costa Pereira e Helder**

Guerreiro Marques da Silva (processos comuns colectivos n.ºs 23/07.09AHRT e 23/07.9TAHRT), os quais foram aprovados por unanimidade

Os trabalhos terminaram com a aprovação por unanimidade da **Proposta de Deliberação que declara finda a sessão plenária de Março.**

Os trabalhos terminaram às 20 horas e 15 minutos

Presidente: Srs. Deputados e Srs. Membros do Governo, boa tarde.

Vamos iniciar os nossos trabalhos. Tem a palavra o Sr. Secretário para proceder à chamada.

Procedeu-se à chamada à qual responderam os seguintes Deputados

Partido Socialista (PS)

Alberto da Silva Costa

Ana Isabel Damião de Serpa Arruda Moniz

António José Tavares de Loura

Catarina Paula Moniz Furtado

Cláudia Alexandra Coelho Cardoso Meneses da Costa

Fernanda Correia Garcia Trindade

Fernando Manuel Machado Menezes

Francisco Manuel Coelho Lopes Cabral

Guilherme de Fraga Vicente Nunes

Hélder Guerreiro Marques Silva

Henrique Correia Ventura

José Carlos Gomes San-Bento de Sousa

José de Sousa Rego

José Gabriel Freitas Eduardo

José Gaspar Rosa de Lima

José Manuel Gregório de Ávila

Lizuarte Manuel Machado

Manuel Soares da Silveira

Maria Fernanda da Silva Mendes

Maria Piedade Lima Lalanda Gonçalves Mano

Mariana Rego Costa de **Matos**

Nélia Maria Pacheco **Amaral**

Nuno Alexandre da Costa Cabral **Amaral**

Osório Meneses da **Silva**

Rogério Paulo Lopes Soares **Veiros**

Partido Social Democrata (PSD)

Aires António Fagundes dos **Reis**

António Maria da Silva **Gonçalves**

Carla Patrícia Carvalho **Bretão** Martins

Cláudio José Gomes **Lopes**

Clélio Ribeiro Parreira Toste **Meneses**

Jaime António da Silveira **Jorge**

Jorge Alberto da **Costa Pereira**

Lisa Marie **Garcia** Furtado

Luís Henrique da **Silva**

Maria José Botelho de Viveiros da Silva Lemos **Duarte**

Pedro António de Bettencourt **Gomes**

Sérgio Emanuel Bettencourt **Ferreira**

Partido Popular (CDS/PP)

Artur Manuel Leal de **Lima**

Deputado Independente (Ind.)

Paulo Domingos Alves de **Gusmão**

Presidente: Estão presentes 39 Srs. Deputados.

Temos quórum. Pode entrar o público.

Vamos passar à leitura da correspondência.

Secretário (*António Loura*): Do Grupo Parlamentar do Partido Socialista, Projecto de Resolução – Instituição do Plenário Jovem”.

Baixou à Comissão de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho.

Secretário (*Cláudio Lopes*): Do Grupo Parlamentar do Partido Socialista, Projecto de Resolução – Instituição do Plenário Sénior”.

Baixou à Comissão de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho.

Secretário (*António Loura*): Da Comissão de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho, relatório e parecer sobre o pedido de autorização para o Deputado Jorge Alberto Costa Pereira, prestar depoimento, como testemunha, nos autos dos processo de inquérito nº 23/07.9TAHRT, a correr termos nos serviços do Ministério Público da Horta.

Secretário (*Cláudio Lopes*): Da Comissão de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho, relatório e parecer sobre o pedido de autorização para o Deputado Helder Guerreiro Marques da Silva, prestar depoimento, como testemunha, nos autos dos processo de inquérito nº 23/07.9TAHRT, a correr termos nos serviços do Ministério Público da Horta.

Presidente: Vamos passar para o **Voto de Protesto** apresentado pelo Grupo Parlamentar do PSD.

Tem a palavra o Sr. Deputado Pedro Gomes.

Deputado Pedro Gomes (*PSD*): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Voto de Protesto

O PRACE – Programa de Reestruturação da Administração Central do Estado – mandado realizar pelo Governo da República prevê o encerramento de 7 dos actuais 13 serviços locais de finanças (repartições de finanças).

A concretização de tal intenção, de acordo com este Programa, representa uma inaceitável diminuição do nível de serviços prestados pelo Estado aos Açorianos, nos concelhos e nas ilhas dos Açores.

O encerramento indiscriminado de serviços de finanças prejudica o acesso dos cidadãos aos serviços do Estado, na área da administração fiscal, na medida em que ignora as particularidades e especificidades da Região e mesmo dentro de cada uma das nossas ilhas.

A voragem de encerramento de serviços do Estado que atinge o País é uma solução que visa poupar, apenas, alguns recursos públicos que pouco contribuem para a contenção da despesa do Estado.

O encerramento indiscriminado de serviços públicos nas ilhas dos Açores, aos vários níveis da Administração Pública como forma de contenção da despesa pública, sem evidentes ganhos de eficiência, é uma opção política errada.

A melhoria dos serviços públicos, em benefício dos cidadãos que são, afinal, a sua razão de ser, é uma exigência que se impõe sempre à Administração, sem que tenha de implicar o encerramento de serviços.

A proximidade dos serviços, a pronta e eficaz resposta aos cidadãos, a segurança da relação directa com a Administração Fiscal é posta em causa com a opção que o Governo da República se prepara para tomar.

Assim, nos termos regimentais aplicáveis, o Grupo Parlamentar do PSD propõe:

1- A Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores protesta e repudia a intenção do Governo da República de encerrar indiscriminadamente serviços locais de finanças na Região Autónoma dos Açores, ignorando a sua realidade geográfica.

2- A Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores delibera dar conhecimento do seu protesto ao Governo da República.

Horta, sala das sessões, 13 de Março de 2007

Os Deputados do PSD, Clélio Meneses, Pedro Gomes e Mark Marques.

Deputado Mark Marques e Clélio Meneses (PSD): Muito bem!

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Francisco Coelho.

*** Deputado Francisco Coelho (PS):** Sr. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Eu sinto-me tentado a propor a esta Assembleia um justo reconhecimento ao Grupo Parlamentar do Partido Social Democrata. Creio até, Sr. Presidente, que há uma resolução desta Assembleia eventualmente aplicável neste caso.

Acho que devemos atribuir ao Partido Social Democrata, ao seu Grupo Parlamentar, o prémio de “Jornalismo Parlamentar de 2008”.

Efectivamente o que se vê é que o Grupo Parlamentar do Partido Social Democrata tem uma especial atenção à comunicação social. Pensamos que é útil essa atenção.

A comunicação social é fundamental numa sociedade

livre e democrática, mas sobre a espuma dos dias e sobre a espuma mediática, há a realidade, o tempo da política e o tempo das decisões.

Se o prémio de “Jornalismo Parlamentar” pode ser entregue a algum adjunto do Grupo Parlamentar do Partido Social Democrata, a forma de fazer política do Grupo Parlamentar do PSD, só pode merecer um repúdio, porque não é sério fazer votos sobre notícias que não estão confirmadas.

A agenda real do país, não é a agenda da comunicação social.

Nós vivemos num mundo real e é sobre decisões reais que temos que tomar medidas.

De resto, é de lamentar a linguagem intelectualmente pouco honesta e pouco rigorosa, aliás à semelhança do que nós vimos a respeito do mapa judiciário, que afinal contempla tudo aquilo que este Parlamento e os políticos dos Açores querem e que está vertido na proposta de Estatuto Político-Administrativo.

À semelhança do que vem aqui numa linguagem que não corresponde à verdade, há uma coisa que nós devemos reconhecer e esta para nós é útil:

Talvez devido à completa inépcia do partido, creio que agora azul, se nós repararmos, o Grupo Parlamentar do Partido Social Democrata, só faz críticas neste momento ao Governo da República.

O Partido Social Democrata, nos Açores, não encontra matérias, felizmente, para críticas ao Governo Regional.

Secretário Regional da Presidência (Vasco Cordeiro): Muito bem!

Deputado Clélio Meneses (PSD): Ainda ontem foram feitas sobre a publicidade institucional!

O Orador: É o mapa judiciário, querem fazer leis nacionais sobre o alcoolismo, querem fazer alterações ao Código de Estrada, querem criticar o Ministro das Finanças. Não há, felizmente nada, na parte do PSD, para criticar estes senhores, que nos orgulhamos muito de apoiar, que vamos continuar a apoiar e por isso mesmo vamos voltar a estar deste lado, depois de Outubro deste ano.

Sei que a comunicação social é importante e também me parece que há uma coisa que se chama internet.

Deputado José Manuel Bolieiro (PSD): E computadores deste tamanho!

O Orador: Para si posso arranjar um maior, Sr. Deputado, se for a pedido.

O que queria dizer é, por exemplo, numa notícia da TSF, site (vá pelos seus dedos, Sr. Deputado Bolieiro) www.tsf.pt, ...

Deputado José Manuel Bolieiro (PSD): É só páginas amarelas!

O Orador: ... o Sr. Ministro das Finanças desmente categoricamente o encerramento de repartições de finanças e chama a atenção dos senhores jornalistas (presumo, dos senhores assessores de imprensa e dos Srs. Deputados precipitados) que é preciso não confundir um relatório técnico com decisões do Governo.

Muito obrigado.

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Para além da intervenção do Sr. Deputado Francisco Coelho, foi um momento também interessante a utilização do computador neste debate.

Tem a palavra o Sr. Deputado Artur Lima.

* **Deputado Artur Lima (CDS/PP):** Sr. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Vá pelos seus dedos! – diz o Sr. Deputado Francisco Coelho.

Deputado Francisco Coelho (PS): É verdade, Sr. Deputado!

O Orador: Eu presumo que o que as pessoas queriam, era ir pelos seus pés às repartições de finanças, mas não vão poder...

Deputado Francisco Coelho (PS): Direcções!

O Orador: É das repartições de finanças e das direcções de finanças que vão ser reestruturadas e vão ser centralizadas.

Deputado Francisco Coelho (PS): Direcção de Finanças é diferente!

O Orador: Portanto, o “vá pelos seus dedos”, Sr. Deputado Francisco Coelho, na internet, era preciso que a internet e a bancada larga nos Açores funcionassem e funcionasse bem.

Secretário Regional da Presidência (Vasco Cordeiro): Funciona! Está aqui!

O Orador: Mas não funciona em todo o sítio, Sr. Secretário. Portanto, acho que era preferível que as pudessem ir pelos seus pés às repartições e direcções de finanças. Já é um dado adquirido, a Direcção de Finanças está a centralizar numa ilha.

Aliás, vem na saga centralizadora...

Deputado Francisco Coelho (PS): Não confunda as coisas, Sr. Deputado!

O Orador: ... do Sr. Primeiro-Ministro Sócrates que está centralizando tudo no litoral, desertificando o interior. Nos Açores está fazendo a mesma coisa, desertificando as ilhas pequenas para as ilhas maiores. É ao que isto vai levar.

Uma repartição de finanças por concelho não é de mais e uma só direcção de finanças nos Açores é de menos. Isso temos que condenar.

Portanto, não vem apenas só pela notícia de hoje, que nem conheço, mas vem pela política, sobretudo contra a política centralizadora e centralista do Governo do Engenheiro Sócrates.

Portanto, votaremos favoravelmente este voto.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Pedro Gomes.

* **Deputado Pedro Gomes (PSD):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Para que não haja dúvidas, as páginas 87 e 88, que não são de notícias de jornais,...

Deputado Francisco Coelho (PS): Não confunda as coisas, Sr. Deputado!

O Orador: ... do relatório final da Comissão Técnica do PRACE – Programa de Reestruturação da Administração Central do Estado, prevê o encerramento...

Deputado Francisco Coelho (PS): Ainda bem que o voto de protesto é só sobre isso!

O Orador: ... de sete dos actuais serviços de finanças dos Açores.

Deputado Francisco Coelho (PS): Demagogia maciça, Sr. Deputado!

O Orador: Não sabemos onde levam as intenções do Governo da República nesta matéria.

O que observamos como cidadãos e como responsáveis políticos é que o Governo da República está imbuído de uma voracidade de encerramento de serviços do Estado por todo o país, que neste caso pode também atingir os Açores.

O “síndrome das maternidades” impõe-se à Administração Pública e às práticas políticas deste Governo. É em relação a isso que pretendemos que a Assembleia Legislativa da Regia Autónoma dos Açores tome uma posição...

Deputado Francisco Coelho (PS): E vai tomá-la!

O Orador: ... clara dizendo que não quer encerramentos de serviços de repartições finanças nos Açores, porque queremos que os serviços do Estado estejam próximos dos cidadãos, estejam acessíveis a todos aqueles que precisam de se dirigir à Administração Fiscal.

É bom recordar o SIMPLEX, mas apenas 30% dos açorianos têm acesso à internet e para a nossa população, para os açorianos que vivem nestas ilhas, não é fácil usar internet para aceder a serviços da Administração Fiscal.

Deputado Francisco Coelho (PS): Já vamos na internet!

O Orador: É preciso haver a repartição de finanças, próximo das pessoas, de modo a que o serviço da administração fiscal possa dar uma resposta clara, precisa e directa – eu diria, “olhos nos olhos” – às dúvidas e aos direitos dos cidadãos.

Sr. Deputado Francisco Coelho, permita-me que lhe diga que o PSD não está só preocupado com o Governo da República e com as políticas do Governo da República.

Deputado Francisco Coelho (PS): Olhe que sim! Olhe que sim!

O Orador: O PSD está preocupado com as políticas dos Governos Socialistas na República e nos Açores.

Deputado José Manuel Bolieiro (PSD): Muito bem!

O Orador: Ao longo desta semana nós discutimos transportes, os gastos da publicidade que o Governo coloca nos órgãos de imprensa da Região, as políticas de coesão, mas não temos resposta nem do Governo, nem dessa bancada, às dúvidas colocadas.

Deputado José Manuel Bolieiro (PSD): Muito bem!

O Orador: Estamos contra as políticas socialistas erradas, que põem em causa direitos dos cidadãos e que afectam o acesso dos cidadãos aos serviços do Estado, sejam estas políticas de Lisboa ou do Governo Regional dos Açores.

Nada nos calará e nada nos impedirá de tomarmos as posições que politicamente entendermos, em defesa dos cidadãos e em defesa dos açorianos, seja contra quem for.

Deputados José Manuel Bolieiro e Clélio Meneses (PSD): Muito bem!

Presidente: Estão feitas as intervenções regimentais relativamente ao voto.

Vamos votar.

Os Srs. Deputados que concordam, mantenham-se por favor como se encontram.

Os Srs. Deputados que discordam façam o favor de se sentar.

Secretário: O Voto de Protesto foi rejeitado com 27 votos contra do PS, 17 votos a favor do PSD, 1 voto a favor do CDS/PP e 1 voto a favor do Deputado Independente.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Francisco Coelho.

Deputado Francisco Coelho (PS): Sr. Presidente, nos termos regimentais, o Grupo Parlamentar do Partido Socialista solicita um intervalo regimental de meia hora.

Presidente: Está concedido.

Estão suspensos os nossos trabalhos por 30 minutos.

Eram 15 horas e 35 minutos.

Presidente: Srs. Deputados e Srs. Membros do Governo, vamos retomar os nossos trabalhos.

Eram 16 horas e 05 minutos.

Para uma comunicação à câmara, tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Agricultura e Florestas.

Secretário Regional da Agricultura e Florestas (Noé Rodrigues): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

A análise objectiva da evolução dos indicadores que caracterizam a agricultura açoriana do último decénio revela-nos a ocorrência de uma melhoria estrutural e, simultaneamente uma maior eficácia económica na sua contribuição para o desenvolvimento da Região.

O papel desempenhado pelos agricultores açorianos neste processo não pode ser esquecido, porque foram e são eles que desenvolvem um contínuo esforço de adaptação estrutural e de aumento de produtividade, aproveitando e potenciando de forma competente todos os recursos financeiros que têm sido dirigidos à afirmação do sector que, ano após ano, têm crescido no âmbito do plano de investimentos da Região e que, em todas as oportunidades, no âmbito dos fundos comunitários que o Governo Regional dos Açores tem sabido negociar e têm sido igualmente reforçados para bem do sector e dos seus agentes.

Por isso, longe vão os tempos das velhas e caducas unidades industriais; da inexistência de unidades de transformação; dos atrasos aos pagamentos aos produtores, das falências

anunciadas e sofridas; da ausência do investimento público ou privado e do desânimo generalizado da nossa agricultura.

Deputado Nuno Amaral (PS): Muito bem!

O Orador: Estes foram os tempos que o tempo do Partido Socialista no Governo conseguiu remeter para a história e para o esquecimento!

E, na verdade, Sras. e Srs. Deputados, o tempo do Partido Socialista no Governo, foi o tempo da recuperação, da esperança, o tempo da renovação da agricultura açoriana e da sua modernização,...

Deputado José San-Bento (PS): Muito bem!

O Orador: ... o tempo da maior e contínua estabilidade que a agricultura viveu na era da Autonomia!

Foi este novo tempo que melhorou todos os indicadores do ordenamento agrário, na rede viária agrícola, rural e florestal, na distribuição de água às explorações, na sua electrificação e no rejuvenescimento dos activos agrícolas.

Quando tanto se fala de rejuvenescer a agricultura açoriana, posso informar que, ao analisar as candidaturas aos apoios comunitários, verificamos que cerca de 27% são apresentadas por jovens agricultores, percentagem que quase triplica a do território continental e que não tem comparação com os menos de 5% de jovens agricultores na Região Autónoma da Madeira.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Na fileira do leite vive-se um momento de particular importância para os Açores, com o exame da saúde da PAC.

Sabemos que o regime de quotas leiteiras se encontra estabelecido até 2014/2015 e que, se nada foi feito até lá, o regime caduca por inércia.

Para os Açores, o regime das quotas, apesar de limitar a nossa capacidade produtiva, também protege a sustentabilidade da produção leiteira regional, condicionada que está pela pequena dimensão do nosso território e pelo nosso afastamento dos mercados.

Para nós, como região ultraperiférica que tem na produção de leite uma das actividades de maior importância e que não tem, com facilidade, oportunidades alternativas consistentes, a defesa da fileira do leite como sector estratégico para o nosso desenvolvimento é inquestionável. Desde logo, pela importância que a mesma representa para a nossa economia, pela muita competência instalada, pelo muito que nela se tem investido e porque

o sector de produção onde possuímos maior dimensão de mercado, maior vocação produtiva e melhores condições naturais.

Durante os últimos doze anos, as entregas do leite cresceram cerca de 40% e a quota leiteira distribuída aos produtores açorianos passou das 390 mil toneladas para cerca de 530 mil toneladas.

Esta evolução positiva, que se deve ao muito investimento feito pelos nossos agricultores e ao regime de distribuição que nos é favorável, só na campanha em curso e na que lhe antecedeu, é que fez reduzir a ameaça constante do pagamento de multas, como aliás se verificou na campanha de 2002/2003 e que não se registou mais vezes porque beneficiamos sempre da quota não utilizada no Continente como aliás prevê e permite o regime em vigor.

Considerando todas estas circunstâncias, a importante opinião dos nossos produtores de leite e dos seus dirigentes e dos representantes das indústrias transformadoras, o Governo Regional tem afirmado e afirma que é importante defendermos o regime de quotas, se possível para além de 2014/2015, para que seja viável continuar a aprofundar a reestruturação do sector e o redimensionamento das suas explorações.

Fique também claro que num eventual cenário de desmantelamento do regime de quotas, o Governo Regional defende a existência de medidas de protecção e de compensação para a Região e seus produtores, porque é fundamental manter a continuação da produção leiteira e a sustentabilidade de toda a cadeia de valor.

Fique também claro, que em qualquer oportunidade que se abra antes do eventual desmantelamento do regime que o Governo Regional defenderá que sejam atribuídos à Região e aos produtores mais quantidades de referência.

Estes mesmos, entre outros, foram objectivos aprovados por unanimidade, nesta Assembleia, pela Resolução 3/2008, de 24 de Janeiro. Mas apesar de aprovados pelo PSD, que daqui saiu com ar meio triunfante, já não se sabe se o PSD ainda os defende. Afinal, a quantas vezes fala o PSD?

Deputado José San-Bento (PS): Muito bem!

O Orador: Pela voz do líder de quem se não conhece posição nesta matéria? Pela voz do seu grupo parlamentar que, nesta casa, aprovou o Projecto de Resolução ou pela voz do seu euro-deputado que é contra a vinda de mais quota para os nossos produtores?

Deputado José Manuel Bolieiro (PSD): Ele desmentiu isso. Isso não é verdade!

O Orador: Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Ao contrário do zigzague permanente do PSD,...

Deputado Francisco Coelho (PS): Muito bem!

O Orador: ... que caracteriza quem não tem ideias nem projecto, o Governo Regional afirma com clareza que defende e deseja mais quota para os produtores regionais, para continuar a concretizar o crescimento das explorações, da sua competitividade e do futuro da fileira do leite nos Açores.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

E não se venha, agora, desviar a atenção deste objectivo central com a ideia de que o aumento de quota poderá determinar reduções do preço do leite, quando todos sabem que o preço do leite pago aos produtores açorianos está muito distante do preço pago aos produtores do continente europeu e quando todos sabemos que neste momento se abrem novas oportunidades e novos mercados para os lacticínios portugueses e para os lacticínios açorianos.

No momento em que se abre um novo ciclo para a agricultura açoriana, com o reforço dos apoios ao seu rendimento e com o início de um novo e generoso quadro de apoio ao investimento no sector, é nosso dever e obrigação defender o fortalecimento das explorações leiteiras, que saberão aproveitar, como já o provaram no passado, os apoios e incentivos existentes e que terão necessidade de terem à disposição maior quota de produção para potenciar o investimento que realizam e para continuarem a dar o seu enorme contributo para o desenvolvimento dos Açores.

Disse.

Secretário Regional da Presidência (Vasco Cordeiro) e Deputado José San-Bento (PS):

Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Estão inscritos os Srs. Deputados Luís Henrique e Artur Lima.

Tem a palavra o Sr. Deputado Luís Henrique Silva.

* **Deputado Luís Henrique Silva (PSD):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

É curioso verificar a necessidade do Governo vir aqui justificar, numa comunicação, toda uma política agrícola que não foi bem desenvolvida ao longo destes anos e também vir aqui fazer um ataque ao PSD em vez de definir as políticas necessárias à agricultura.

Deputada Maria José Duarte (PSD): Muito bem!

O Orador: Curioso é também o facto desta comunicação surgir após terem sido conhecidos alguns números. Por exemplo, no Diário Insular, vem referido: “Portugal registou em 2007, uma descida de rendimento agrícola de 5% contra um aumento de 5,4% da média comunitária”.

São estas as curiosidades!

Portugal é dos três países em que a agricultura baixou os seus rendimentos.

Toda a União Europeia sobe os seus rendimentos.

Nos Açores, a fileira da carne baixou mais de 60 ou 70 cêntimos em média por quilo de animal vendido. A rede regional de abate não funciona em todas as ilhas.

O sector leiteiro atravessa aqui uma situação de estabilidade, não devido às políticas do Governo Regional, mas sim a uma conjuntura internacional que levou a um aumento do consumo do leite. É daí que temos uma boa conjuntura a nível regional, não pelas políticas introduzidas, não pelas novas políticas, não pelos calendários que prometeram e não cumpriram, mas por um conjunto de situações que levaram à situação que o sector do leite atravessa.

Vêm agora apregoar com a vinda da quota.

Houve o descapitalizar de algumas explorações e fui um dos que foi comprar quota ao Continente para os agricultores da minha terra, mas hoje estou arrependido por o ter feito, porque na altura, se visse tão longe quanto o Governo Regional diz que viu, tinha-se impedido essa descapitalização das empresas agrícolas, tinha-se impedido esse investimento. Hoje muitos desses agricultores já vendem quota.

É esta situação que não foi prevista, é esta situação que não foi acautelada e é por causa disto que os agricultores não estão a ganhar mais dinheiro. É por esta situação e por outras situações que até uma ajuda à perca do rendimento do agricultor é imposta às finanças para pagamento de impostos.

Há aqui toda uma conjuntura que necessita de clarificar, desde os transportes que vêm, e em muito, prejudicar determinadas ilhas.

Não podemos ver a agricultura só por uma determinada ilha que seja maior. E as outras ilhas? E as ilhas onde há muita dificuldade no sector leiteiro e no sector da carne? Onde se vão meter os animais da raça friesland? Onde está o sector da carne que leva ao escoamento desses animais? Quanto é que custa um quilo de animal vivo, hoje, nas explorações? Nem há quem os queira comprar Sr. Secretário. É isso que merecia aqui ser discutido, o que é que esses agricultores vão fazer com esses animais? Como é que eles podem salvar? Como é que eles podem vender o produto que produzem e o produto de qualidade que nós temos nos Açores?

Nem uma política de transportes, em ligação com a Região Autónoma da Madeira, temos para escoar os nossos animais.

A Madeira tem carência de carne. Temos excesso de carne e não temos uma política de transportes que nos leve a encaminhar os animais, por exemplo, para o arquipélago da Madeira.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

O Orador: Também sei que o Sr. Secretário virá aqui argumentar com o POSEIMA, mas nem tudo serve de desculpa para as políticas que são ineficazes, nem tudo serve de desculpa para se vir aqui fazer uma comunicação quando o sector está com dias difíceis. Tira-se na área da carne para meter na área do leite para tapar um buraco, porque o regaste foi mal feito, foi mal pensado e desviou-se os direito de aleitantes, da área da carne, para meter na área do leite, para tapar um buraco, porque esses, em maior número, são agricultores a tempo inteiro. Isto é uma ineficácia das suas políticas, é uma ineficácia das políticas do Partido Socialista e não se pode aqui, com uma comunicação, vir camuflar quando os números são da comunicação social, são do conhecimento de todos.

Presidente: Sr. Deputado, agradecia que concluísse.

O Orador: Vêm aqui, ainda por cima, fazer um ataque pessoal ao PSD.

Demonstre as suas políticas, Sr. Secretário, que essas sim, são precisas, e se alguma coisa evoluiu deve-se em muito àquilo que o senhor disse (e aí reconheço o seu mérito) ao envolvimento e ao empenho dos agricultores desta Região

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Artur Lima.

* **Deputado Artur Lima (CDS/PP):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Afinal, o Governo Regional dos Açores também reage a notícias de jornal, porque é notícia do jornal o aumento dos 2% que foi aprovado no Parlamento Europeu, mas que ainda está dependente da decisão da Comissão Europeia, ou seja, não se sabe se isso se vai efectivar ou não.

Sr. Secretário, o senhor já devia ter anunciado aqui quanto é que vem de quota para os Açores, porque aquela quota foi atribuída a Portugal. Quanto, daquela quota, é que os agricultores dos Açores vão ter?

O senhor já devia ter dito isso aqui, mas não disse.

Mais competitividade da agricultura.

O senhor procedeu ao regaste da quota leiteira. Pergunto: foi suficiente? Não era necessário mais? Quais são as saídas desses agricultores? O que é que eles vão fazer a seguir? Como é que vai diversificar a actividade desses agricultores com os apoios, por exemplo, às hortícolas, frutícolas, etc.,? Há apoios previstos para isso?

Isso é acautelar o futuro da agricultura açoriana. É prever estas coisas.

Mais. Estamos a falar num horizonte muito curto, de 7 anos, que passa rapidamente. Em 2015 acaba a quota e a partir de 2015? Qual vai ser a nossa competitividade?

Isso tem que ser acautelado.

Vamos produzir mais barato do que os outros?

Vamos conseguir competir num mercado internacional?

Vamos conseguir vender e escoar o nosso leite?

Ou teremos que, desde já, começar a pensar como é que vamos diversificar a nossa agricultura?

Como é que a vamos especializar em termos de valor acrescentado?

É isso que o Sr. Secretário tem que esclarecer, porque faltam só 7 anos para o fim da quota.

Actualmente o leite à venda nos Açores é mais caro, é mais barato ao produtor, que já é prejudicado, e lá fora pelos vistos consegue-se preços mais competitivos.

Portanto, Sr. Secretário, a sua grande novidade, hoje, deveria ter sido o pós 2015 e não entre 2007 e 2015. Isso o senhor não explicou nesta casa e muito menos aos agricultores.

Deputado José San-Bento (PS): Não apoiado!

Deputado Francisco Coelho (PS): Isso é vagamente soviético!

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Lizuarte Machado.

* **Deputado Lizuarte Machado (PS):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo, Sr. Secretário da Agricultura e Florestas:

Felicito-o pela forma frontal como aqui abordou esta questão da fileira do leite, que é uma questão tão sensível para a Região e para os produtores açorianos.

Tenho que reconhecer que, como afirmou o Sr. Deputado do PSD, a situação actual da agricultura açoriana deve-se, em muito, ao empenho e ao esforço dos agricultores da Região.

Não há dúvida nenhuma relativamente a isso.

O que acontece é que, no passado, os agricultores da Região empenhavam-se, esforçavam-se e trabalhavam tanto como trabalham hoje e estavam falidos, completamente falidos.

Hoje, trabalham e empenham-se, mas têm um governo que, fruto de um conjunto de políticas que implementou, permite que estejam a lutar por mais, por melhor, que sejam mais ambiciosos, mas que não estejam falidos, que tenham garantido o sustento e a sustentabilidade das suas explorações e dos seus agregados familiares, e que, portanto, estão a lutar e a reivindicar num patamar completamente diferente daquele em que lutavam e reivindicavam quando tinham 14 meses de atraso do pagamento do leite que entregavam à indústria.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Portanto, hoje estamos em patamares muito diferentes.

Para acrescentar ainda que é de uma profunda desonestidade intelectual justificar com a conjuntura aquilo que corre bem e justificar com as medidas de Governo aquilo que corre mal, porque a conjuntura afecta para o bem e para o mal e nós sabemos que se houver uma

febre, por exemplo, na América do Sul, em zonas exportadoras de carne, isso vai beneficiar largamente a exportação de carne nos Açores.

Quando tal não acontece estamos também na conjuntura e o preço da carne baixa. É o que faz estar no mercado global, que é aquele que nós estamos e do qual não podemos sair.

O que acontece é que nas situações de conjuntura negativa, de conjuntura que afectam negativamente os nossos agricultores, o que nós temos visto é que os governos socialista têm estado sempre ao lado dos agricultores na defesa dos seus interesses e implementando políticas de apoio à sustentabilidade do seu desenvolvimento, à sustentabilidade do seu rendimento e das suas explorações e das fileiras, quer da carne, quer do leite, na Região Autónoma dos Açores.

São estes agricultores que sabem certamente, e não esquecem, como é que era o seu passado, como é que era o seu presente, e sabem também com o que é que podem contar no futuro, se a opção for entre PS e PSD, quais são as alternativas, quais são as diferenças, e eles não têm dúvidas relativamente às suas opções, como todos nós sabemos, e é isso que vos causa uma enorme preocupação e não é para menos.

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

Presidente: Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Agricultura e Florestas.

* **Secretário Regional da Agricultura e Florestas (Noé Rodrigues):** Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Gostaria de aproveitar este momento para informar o Sr. Deputado Luís Henrique que, relativamente ao rendimento agrícola que diz que está a descer em Portugal, ao contrário daquilo que se passa no resto da Europa, se porventura tivesse lido a notícia ou estudado o assunto, teria verificado que esta descida do rendimento agrícola no Continente verifica-se ao nível do rendimento agrícola animal e vegetal e se fizer a diferença e a distinção entre o rendimento animal e a exploração de vegetais, vai ver que as explorações animais subiram 3,5% o seu rendimento no Continente.

Deputado Lizuarte Machado (PS): Muito bem!

Deputado Luís Henrique Silva (PSD): Isso é demagogia, Sr. Secretário!

O Orador: Portanto, Sr. Deputado, não uso números que não são aplicáveis à situação.

Ainda por cima o Sr. Deputado sabe que na Região a grande produção é a nível da produção animal e não ao nível das produções de vegetais.

Gostaria também de lhe dizer, Sr. Deputado, que já tinha alguma dificuldade em perceber a posição do PSD relativamente àquela resolução que aqui foi aprovada em Janeiro relativamente ao reforço da quota para os produtores açorianos, mas agora ainda fico mais aflito quando vejo que, afinal, o PSD talvez ainda seja contra o resgate e contra a distribuição de novos direitos aleitantes aos produtores açorianos.

Deputado Luís Henrique Silva (PSD): Não é verdade! O senhor ouviu bem o que eu disse!

O Orador: Sr. Deputado, vamos ser muito correctos.

O resgate leiteiro é uma medida excepcional para impulsionar, para reforçar o processo de reestruturação que o sector leiteiro está vivendo na Região.

Se olharmos para os números verificamos que tivemos 211 produtores aprovados no resgate, com um volume total de 10 milhões de quilos resgatados e temos 1320 produtores na Região, a reclamar quota no valor de 144 mil toneladas.

Há potência, à necessidade e sabemos que ao longo dos vários anos, há mais de 10 anos, que o regime de quotas limitou a capacidade de crescimento dos produtores açorianos.

Sabemos que durante mais de 10 anos os produtores açorianos tiveram sempre na iminência de pagar multas.

Sr. Deputado, se olharmos as diferenças para as entregas de campanha e para as quotas de campanha, verificamos que os produtores açorianos estiveram anos com a cabeça no cerco para pagar multas.

Quando se chega ao momento de reforçar a quota a Região o PSD já não sabe se é a favor ou se é contra.

Deputado Luís Henrique Silva (PSD): O problema não é se o PSD sabe!

O problema é o que os lavradores pensam!

O Orador: Sr. Deputado, gostaria de lhe dizer que não ataco ninguém e muito menos faço ataques pessoais. Portanto, não ataco pessoalmente nem os Srs. Deputados, nem o Grupo Parlamentar, nem o Partido Social Democrata.

Só faço a confirmação de factos.

Deputado Luís Henrique Silva (PSD): Não é verdade!

Deputado José Manuel Bolieiro (PSD): Os factos não precisam de confirmação! A realidade fala por si própria!

O Orador: Num dia aprovam aqui uma moção para reforço da quota aos produtores açorianos; no outro dia estão contra a vinda de quota para a Região.

Sr. Deputado Artur Lima, relativamente ao Governo reagir às notícias de jornal, penso que nas declarações que fiz nesta intervenção que acabou de ouvir e aquelas que tenho feito ao longo dos anos que aqui estou, ficou patente que somos sempre a favor do aumento de quotas para a Região.

No próprio programa do Governo que foi apresentado e aprovado nesta Assembleia vem dito que em todas as oportunidades, o Governo Regional reclamará novos aumentos de quota para os produtores açorianos. Isto é o que o Governo tem seguido e em todas as oportunidades tem feito isto.

Quando se iniciou o processo de revisão da PAC, tivemos a possibilidade de enviar ao Governo da República e às instituições comunitárias a posição do Governo Regional.

A posição do Governo Regional, como o Sr. Deputado bem se recorda, foi aquela que, negociada com o Grupo Parlamentar do PS, fizemos incluir no projecto de resolução que o PSD aqui apresentou em Janeiro.

Relativamente às questões que coloca quanto ao sector hortícola, ou seja, a produção de vegetais, se olharmos para os programas de apoio que estão aprovados e já em pagamento, ou àqueles que vão iniciar-se nas candidaturas ao PRORURAL, nunca como agora, essas explorações da agricultura açoriana tiveram tanto apoio.

Se olhar para as iniciativas, para programas, para projectos integrados, articulados, que o Governo tem desenvolvido em Santa Maria e na Graciosa ou com o ananás de São Miguel, vai ver o apoio que temos concedido e que temos que continuar a conceder à agricultura da área da diversificação.

Finalmente queria dizer-lhe que, porque daqui a 7 anos se pode estar na eminência do desmantelamento do regime de quotas, o que temos que fazer hoje é pugnar, é aumentar, é incentivar, é reforçar a reestruturação do sector, aumentando e redimensionando as explorações, redimensionando a sua capacidade produtiva e reforçando a sua competitividade. Pode inclusivamente justificar-se para isso mais resgates leiteiros. A ver vamos.

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Estaremos atentos, Sr. Secretário!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Está terminado o debate, na sequência da comunicação do Governo.

Para uma intervenção tem a palavra o Sr. Deputado Jorge Macedo.

* **Deputado Jorge Macedo (PSD):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Em 1998, o transporte marítimo de passageiros e de viaturas, anunciado por este Governo, foi uma boa ideia.

Deputado Nuno Amaral (PS): Boca santa!

O Orador: Tinha tudo para vingar!

Tinha tudo para ter sucesso!

Os açorianos queriam conhecer os Açores, poderem levar a sua viatura, poderem viajar a preços mais baixos.

Tinha tudo para triunfar!

Mas, infelizmente, não foi isso que aconteceu.

Desde 1998, o transporte marítimo de passageiros e viaturas inter-ilhas foi muito mal tratado...

Deputado Clélio Meneses (PSD): Boca santa!

O Orador: ... e passados 10 anos o Governo Regional continua sem saber o que fazer com uma boa ideia.

Ligeireza! Incompetência! Falta de jeito! Negligência! Negócios nebulosos! Concursos mal desenhados e absurdos! Até acidentes anunciados com navios obsoletos! Tudo isso com mais de 40 milhões de euros do nosso dinheiro.

Em qualquer parte do mundo civilizado os responsáveis tinham sido chamados à razão, tinham assumido as consequências de um processo desastroso.

Aqui, nos Açores, com este Governo, não é assim. Aqui tudo é perfeitamente normal; aqui a culpa não é de ninguém.

Com este Governo Regional gastaram-se mais de 40 milhões sem que os açorianos tenham um serviço com o mínimo de credibilidade, fiabilidade e segurança.

Passados 10 anos, estamos pior do que quando começámos. Explico:

Há 10 anos tínhamos a expectativa de uma operação fiável e credível. Hoje, ninguém acredita na operação de transporte marítimo de viaturas e passageiros. É uma pena!

A operação de 2008 volta a estar envolta num clima de incerteza.

Em Agosto do ano passado o “Ilha Azul” encalhou na Praia da Graciosa.

Deputado Lizuarte Machado (PS): Embateu, Sr. Deputado!

O Orador: Passados 7 meses, por exigência do PSD, o inquérito ao acidente foi tornado público e as conclusões são evidentes. O vento de 20 nós levou o navio para cima das pedras afastando a hipótese de erro humano.

Deputado Herberto Rosa (PS): Malvado!!!

O Orador: Das declarações do piloto e do comandante do “Ilha Azul”, registo o seguinte:

“A determinado momento sentiu o navio a derivar para estibordo e que este abatimento terá ficado a dever-se ao vento que se fazia sentir e que registava, no anemómetro, a intensidade de 20 nós, cerca de 37 km/hora”, está escrito no inquérito. Uma brisa! – como dizem os marinheiros!

Continuo a citar o relatório:

“Apercebeu-se nesse momento do perigo causado pelo vento tendo dado ordem à máquina para «máquina avante a toda a força», sendo que não foi possível safar o navio sem que este embatesse no baixio do Forno”.

Bem dizia o marinheiro da Graciosa entrevistado na RTP/Açores:

“A máquina é fraca!”.

Todos os entendidos afirmam que o navio “Ilha Azul” tem grandes limitações de manobra, tem motores com sistema de pára/arranca, o que significa que, para inverter a marcha de vante para a ré, e vice-versa, é necessário desligar os motores e voltar a arrancá-los. Por analogia a um automóvel, Srs. Deputados, significa que tínhamos de desligar o motor todas as vezes que quiséssemos engrenar o recuo, sendo que no navio o travão é a marcha à ré.

O navio “Ilha Azul” é inadequado à operação em segurança, em alguns portos dos Açores, quando as condições climatéricas são mais adversas – uma brisa, como dizia há pouco.

O navio não conseguiu safar-se com vento de 20 nós, intensidade essa que, como todos nós sabemos, é muito frequente nos Açores, mesmo no pino do Verão.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo.

O navio “Ilha Azul” não garante segurança aos passageiros que o utilizam, a menos que seja impossibilitado de operar em alguns portos dos Açores, os chamados portos mais apertados, com vento igual ou superior a 20 nós.

Claro que nessas condições o “Ilha Azul” vai multiplicar os cancelamentos. É preciso que isso seja dito e garantido aos açorianos. Com a segurança de pessoas e bens não se pode vacilar; com a segurança de pessoas e bens não se pode “assobiar para o lado”.

Deputado Clélio Meneses (PSD): Muito bem!

O Orador: Infelizmente, a novela dos barcos, como é conhecida pelos açorianos, não ficou por aqui.

A confirmar-se a notícia de abertura do Telejornal da RTP/Açores, de ontem, agora, o Governo Regional quer nacionalizar a Transmaçor.

Perdoa as multas de 550 mil euros por incumprimentos contratuais, paga a operação de desenganche para ter o navio livre para a operação de 2008 no valor de 88 mil euros; ...

Secretário Regional da Economia (Duarte Ponte): Isso é falso!

O Orador: ... perdoa a dívida à Administração dos Portos da Terceira e Graciosa no valor de 247 mil euros.

A confirmar-se a notícia da RTP na abertura do Telejornal de ontem, ...

Secretário Regional da Economia (Duarte Ponte): É falso!

O Orador: ... estamos em presença de uma operação, no mínimo, muito estranha.

Para além disso, secundando as afirmações do Presidente da Atlanticoline, com cerca de 15 dias, num jornal açoriano, quer integrar a Transmaçor na Atlanticoline.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Isto é uma vergonha!

Isto é uma nacionalização ao melhor estilo do pós-25 de Abril de 74.

Em todo o mundo civilizado se caminha do público para o privado.

Nos Açores, o Governo Regional, “conduz em contra-mão”!

Deputado Clélio Meneses (PSD): Muito bem!

O Orador: É uma vergonha que põe a nu a incapacidade do Governo Socialista para promover e incentivar a iniciativa privada.

Este Governo Socialista perdeu completamente o norte!

Este Governo nem vê o que a vista alcança!

Envia sinais contraditórios aos agentes económicos e está a dar cabo e a sufocar os Açores.
Este Governo Regional falhou e já não tem remédio que lhe valha.
Termino garantindo aos açorianos que se merecermos a confiança dos açorianos em Outubro próximo, um Governo do PSD, em 6 meses, põe a operação do transporte marítimo de passageiros a funcionar como deve ser.

(Risos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Este Governo Socialista demorou 10 anos e ainda não o conseguiu fazer.
Espero que me façam a pergunta de como é que fazemos isso?
Mas mesmo que não me perguntem, antecipo a resposta:
Em primeiro lugar, não fazendo a enorme quantidade de asneiras que este Governo fez ao longo de 10 anos;
Em segundo lugar, reconstruindo o que este Governo, infelizmente, destruiu;
Em terceiro lugar, devolvendo a confiança aos açorianos para que possam ter uma operação de transporte marítimo de passageiros e viaturas credível e fiável.
O que Vs. Exas. fizeram foi uma tristeza.

Deputado Clélio Meneses (PSD): Muito bem!

O Orador: Já passaram 10 anos para mostrarem o que sabiam, o que podiam e o que valiam.

Os resultados falam por si: uma vergonha!

Deputado José Manuel Bolieiro (PSD): Muito bem!

Sr. Secretário, contra os resultados não há argumentos!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Estão inscritos o Sr. Secretário Regional da Economia e os. Srs. Deputados Artur Lima e Lizuarte Machado.

Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Economia.

* **Secretário Regional da Economia (Duarte Ponte):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Já contava com esta intervenção do Sr. Deputado Jorge Macedo.

Os senhores estiveram 20 anos no Governo. Nada fizeram sobre os transportes marítimos.

Deputado Osório Silva (PS): Muito bem! Sem dúvida!

O Orador: Sr. Deputado, em 20 anos, zero! Acabaram com o “Ponta Delgada” e nada mais fizeram.

De 98 a 2008, colocámos os transportes marítimos de passageiros, com dificuldades é certo, a funcionar.

O ano passado transportámos cerca de 74 mil passageiros. Foram muitos os passageiros que viajaram a bordo dos navios da Atlanticoline.

É evidente que gostaríamos de ter feito o investimento que estamos a fazer há mais tempo.

Os novos navios que estão a ser construídos em Viana do Castelo só puderam ser feitos quando a Região Autónoma dos Açores teve disponibilidade financeira para o fazer.

É preciso perceber que de 98 a 2004/2005, esta Região teve como prioridade absoluta a reconstrução do terramoto que aconteceu no Faial e no Pico.

Não podíamos ter investido mais de 50 milhões de euros, como estamos a fazer agora, para construção de novos navios, quando havia pessoas que viviam em barracas e que precisavam de ter a sua casa para morar.

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

O Orador: Só em 2005/2006, quando este problema terminou definitivamente, é que nos envolvemos no concurso público para a construção de dois novos navios.

A partir da construção destes novos navios, o Sr. Deputado pode vir aqui dizer que o problema está resolvido em 6 meses. É evidente, é o tempo necessário para eles ficarem construídos.

Os navios que existem e que podem funcionar na Região Autónoma dos Açores, são sempre navios que têm problemas. Não temos capacidade financeira para ir buscar navios novos para a Região Autónoma, que têm que se adaptar aos nossos portos. Isso já foi dito e redito dezenas de vezes.

Sr. Deputado, em relação à reportagem que a RTP passou ontem à noite, ela será desmentida no seu lugar próprio, mas posso dizer-lhe que é falso que o Governo Regional tenha qualquer intenção (e a Atlanticoline também) de perdoar as dívidas resultantes das multas aplicadas à Transmaçor.

Este processo só não está ainda realizado porque a Transmaçor reclamou em tribunal estas multas e aguardamos serenamente o resultado da decisão do Tribunal. Não há qualquer perdão para estas dívidas.

É falso que a Administração dos Portos da Terceira e da Graciosa tenha perdoado à Transmaçor o custo da operação subsequente ao acidente do “Ilha Azul”, no porto da Praia da Graciosa.

Os custos desta operação foram imputados à Transmaçor e a Transmaçor em diálogo com a seguradora vai pagar estes custos.

Sr. Deputado, outra falácia que é preciso desmentir de uma forma clara:

O Governo Regional não tem intenção de nacionalizar a Transmaçor, que isto fique claro.

O Governo Regional está a fazer algo que me parece ser objectivo e que até resulta de uma resolução que o PSD aprovou no seu tempo que é incorporar no capital social da Transmaçor o “Cruzeiro das Ilhas” e o “Cruzeiro do Canal”.

Nunca o fizemos porque se o fizéssemos nessa altura ia levar-nos a ser maioritários no capital social da Transmaçor.

Só o pudemos fazer agora porque, concomitantemente a esta incorporação no capital social, a SITUJORGENSE também está disponível para incorporar no seu capital social o “Expresso do Triângulo”.

Depois de avaliadas essas embarcações é que veremos qual o aumento de capital que será necessário para manter a mesma paridade que existe actualmente, em termos de composição societária.

Não há qualquer intenção deste Governo de aumentar o seu capital social, em termos proporcionais, na Transmaçor. Que isto fique esclarecido.

De falácias, de falsidades isto está claramente esclarecido.

Se essa peça jornalística tivesse tido o cuidado de ouvir as pessoas, esta confusão não estaria nas mentes do Sr. Deputado, dos seus colegas e dos açorianos.

Terei oportunidade de esclarecer de uma forma clara este assunto logo à noite, em directo.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Secretário.

Tem a palavra o Sr. Deputado Artur Lima.

* **Deputado Artur Lima (CDS/PP):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O transporte marítimo de passageiros foi várias vezes objecto de atenção por parte do CDS/PP, inclusivamente por duas resoluções aprovadas nesta casa para se apurar da sua efectividade e melhoria da sua operacionalidade.

É bom que também não se deixe de reconhecer que foi introduzido a partir de 1996, mas tem, em algumas situações, funcionado mal.

É obrigação do Governo corrigir essas situações o mais breve possível.

Mas vamos ser sensatos. Em primeiro lugar, 20 nós não me parece propriamente uma brisa; 20 nós, 37 km/hora, já é um ventinho considerável.

Obviamente, como em tudo, inclusivamente nos aeroportos dos Açores, determinado tipo de avião, por exemplo, opera com restrições. Em determinados aeroportos temos restrições.

Obviamente que o barco também operará com restrições, em determinados portos, o que quer dizer que não irá todos os dias.

Não é com certeza o barco ideal, porque não poderá ir todos os dias àquelas ilhas. Isto é uma realidade inegável.

A questão que temos que ponderar é se queremos ou não ter estes barcos enquanto não chegam os novos? O Sr. Secretário também há-de dizer-nos quando é que eles vêm, se é nos 6 meses que o PSD promete resolver o assunto.

Temos que ser sensatos nestas matérias.

Pergunto ao Sr. Deputado Jorge Macedo como é que em 6 meses resolvia totalmente e sem falhas o transporte marítimo de passageiros e carga nos Açores?

Introduzo uma nuance. É que se não estou em erro, o líder do PSD defendeu um modelo de transporte de passageiros sem viaturas, em que as pessoas alugavam no destino carros da rent-a-car. Dava mais mobilidade.

Deputado António Marinho (PSD): Está enganado!

Deputado Jorge Macedo (PSD): Onde e que ouviu isso? Nunca disse isso!

O Orador: Eu já ouvi, Sr. Deputado Jorge Macedo, e faço a ressalva, ...

Deputado Jorge Macedo (PSD): Ouviu mal!

O Orador: ... se não estou errado, como é que concilia uma coisa com a outra?

Defendia que era mais útil (ouvi isto!) as pessoas alugarem carros na ilha dos destino. Sr. Deputado, Jorge Macedo, isto foi dito pelo seu líder. Repito: era mais fácil, em vez de andar

a transportar carros, ter um barco mais pequeno que levasse as pessoas e depois alugar carros nas ilhas de destino.

De resto, Sr. Secretário, todos queremos a melhoria do transporte marítimo de passageiros. Não se fará de um dia para o outro, far-se-á com melhorias progressivas e espera-se que agora esta mudança traga alguma melhoria. Cá estaremos sempre atentos para ver isso.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Lizuarte Machado.

* **Deputado Lizuarte Machado (PS):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

O Sr. Deputado Jorge Macedo utilizou aqui algumas expressões e alguns termos que são particularmente graves: negligência, negócios nebulosos, acidentes previstos...

Convém lembrar que relativamente a essa matéria a Comissão Permanente de Economia foi encarregada de elaborar um relatório, onde se pretendia estudar o ambiente e a envolvência em que decorreram todos esses concursos. O relatório da Comissão de Economia é claro relativamente a isso e foi aprovado nesta casa.

Todos os processos foram muito claros e muito transparentes. Portanto, estas afirmações ficam muito mal a um deputado desta casa, que ainda para mais faz parte dessa comissão e acompanhou todo o desenvolvimento dos trabalhos e só votou contra dois dos pontos do relatório relativamente às conclusões. Estou a falar de memória, mas tenho a certeza que não estou enganado.

Por outro lado, Sr. Deputado Jorge Macedo, percebo a ânsia e o esforço do senhor para imputar ao Governo e ao Sr. Secretário o acidente do “Ilha Azul” na Graciosa. Espanta-me até, como é que não perguntou directamente ao Sr. Secretário: “como é que o senhor deixou aquilo acontecer? O que é que estava a fazer? Por que é que não estava lá? Por que é que não empurrou?”

(Risos dos Deputados da bancada do PS)

Deputado António Marinho (PSD): Não tem piada!

Deputado Jorge Macedo (PSD): Não lhe fica bem, Sr. Deputado!

O Orador: Desculpem, mas isto é absolutamente ridículo!

Primeiro, é preciso esclarecer o seguinte:

O “Ilha Azul”, e todos os outros navios que fizeram o transporte marítimo de passageiros e viaturas dos Açores ao abrigo do novo esquema montado a partir de 1988, eram navios que estavam certificados, que estavam em perfeitas condições para navegar, para operar em absoluta e total segurança.

Falo com conhecimento de causa porque tive oportunidade de manobrar todos eles em mais do que um porto da Região.

Tive oportunidade de os manobrar e fi-lo intencionalmente. Desloquei-me a bordo para os manobrar, para tomar contacto com os navios e para os conhecer.

O “Ilha Azul” é um navio que tem instalada a tecnologia própria da época em que foi construído. Não é um navio *pitch propeller* é um navio em que a máquina é pára/arranca, como aliás, as máquinas dos navios onde eu embarquei, quando embarquei pela primeira vez, e dos navios onde eu andei embarcado até 96.

A maior parte da frota mundial navega com máquinas dessas que são perfeitamente seguras.

O “Ilha Azul” manobra muito bem, não tem quaisquer problemas de manobra, tem máquinas que arrancam com prontidão e em força a qualquer manobra que lhes é pedida, em qualquer circunstância, em qualquer solicitação.

O acidente na Graciosa é absolutamente lamentável, mas é um acidente em que o inquérito a que fez referência, não vem dar resposta, porque aquele inquérito, creio que nem será propriamente um inquérito. Resulta apenas da transcrição do “Protesto de Mar” para as folhas da Capitania. É uma coisa muito comum, é apenas isso.

Se aquele inquérito tivesse, de facto, a pretensão de ser um inquérito, é ridículo e absolutamente inconclusivo.

Portanto, é bom que isso fique claro.

Deputado António Marinho (PSD): Ah! Isso então está pior do que pensávamos!

O Orador: Relativamente às conclusões que constam do inquérito, quem é responsável por elas é a Autoridade Marítima Nacional.

Presidente: Sr. Deputado Lizuarte, vou dar-lhe oportunidade de continuar a explicar, mas numa segunda intervenção.

O Orador: Imputar qualquer responsabilidade nesta matéria ao Governo Regional ou às autoridades regionais ou às limitações do porto da Graciosa, é absolutamente inconcebível. Não faz qualquer sentido.

Penso que é melhor encontrarem outro esquema para abordar este assunto.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Jorge Macedo.

* **Deputado Jorge Macedo (PSD):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Eu respondo de uma vez só à questão dos 6 meses.

Lembram-se quando em 2005/2006 o Governo lançou o concurso para a adjudicação do transporte marítimo de passageiros e viaturas?

Nessa altura apareceram 8 empresas potencialmente interessadas.

Estranho é que, na altura da entrega das propostas, ninguém tivesse querido apresentar,...

Secretário Regional da Economia (Duarte Ponte): Sr. Deputado, levantar o caderno de encargos é uma coisa!

O Orador: ... o que significa que este Governo Regional tem o condão, a arte e o engenho de afastar a iniciativa privada de uma actividade com larga tradição nos Açores.

Todos lembramo-nos do “Cedros”, do “Ponta Delgada”, do “Terra Alta”, do “Santo Amaro”, das lanchas do Pico, da “Espalamaca” e da “Velas da Calheta”, o que significa que é uma actividade com tradição nos Açores. Se é uma actividade com tradição nos Açores, os empresários açorianos podiam ter apetência para esse negócio.

O Governo que Vs. Exas. apoiam encarregou-se de espantar a concorrência e, muito a custo, conseguiu que um concorrente, apenas um, se tivesse apresentado a concurso. Ou seja, a diferença está entre incentivar, construir modelos, construir concursos, desenhar concursos que incentivem a iniciativa privada ou então construir concursos que afugentem a iniciativa privada.

Sr. Secretário, tanto que o senhor gosta de falar de factos. Estes são os factos! Eram 8 empresas potencialmente interessadas no concurso, na adjudicação, mas não apresentam qualquer proposta.

O senhor não respondeu a uma das questões que aqui referi. Quando diz que é mentira, é falso que o Governo perdoa as dívidas, acredito na sua palavra. Quando diz que a APTG, a Administração dos Portos da Terceira e Graciosa não vai perdoar as dívidas, acredito na sua palavra. Agora falta uma coisa. O Sr. Presidente da Atlanticoline, há 15 dias, disse que o objectivo era integrar na Atlanticoline a Transmaçor. A pergunta que fica é: o senhor

subscreve? Solidariza-se? Ou demarca-se da posição e das afirmações do Sr. Presidente da Atlanticoline?

Deputado Clélio Meneses (PSD): Muito bem!

O Orador: Termino, Sr. Presidente, afirmando o seguinte:

Concordo com as afirmações que o Sr. Deputado Lizuarte Machado referiu relativamente à segurança do navio.

Quando diz que o IPTM faz vistorias e os navios estão certificados, o que o IPTM diz e faz é verificar se tudo o que está dentro do navio está em plenas condições. Agora, se tudo o que está dentro do navio não corresponde à capacidade de manobra que o navio tem que ter em portos apertados, isto é outra conversa.

Do relatório consta o seguinte (são os factos!): com um golpe de vento, com o vento a marcar no anemómetro 20 nós, cerca de 37 km/hora, (insisto, uma brisa!), o navio foi para cima das pedras.

Todos sabemos que tem muito pouco calibre, mas todos sabemos que as máquinas que equipam o “Ilha Azul” são inadequadas e não garantem, em determinadas condições de tempo, as condições adequadas para segurança, para operar em determinados portos da Região. O senhor sabe isso tão bem quanto eu.

Deputado Clélio Meneses (PSD): Muito bem!

Presidente: Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Economia.

*** Secretário Regional da Economia (Duarte Ponte):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Afinal, os negócios nebulosos, as falsidades que foram levantadas, resumem-se apenas a:

Será que o Governo e a Secretaria Regional da Economia concordam com as afirmações feitas pelo Presidente da Atlanticoline que querera incorporar no seu activo a Transmaçor?

Isso são ideias levantadas pelo Presidente da Atlanticoline que chegou há pouco tempo à administração.

Deputado Jorge Macedo (PSD): Está a aprender!

O Orador: A única questão séria, honesta que possa afirmar é o seguinte: ...

Deputado Pedro Gomes (PSD): Então não confirma essa intenção!

O Orador: O Governo Regional está a seleccionar uma empresa para fazer a avaliação do “Cruzeiro das Ilhas” e do “Cruzeiro do Canal”.

Há disposição da SITURJORGENSE para fazer o mesmo com o “Expresso do Triângulo”. Depois da avaliação feita iremos estudar se é possível incorporar estas três embarcações no capital social da Transmaçor para que proporcionalidade se mantenha em termos de sociedade.

Gostaria de dizer-vos que este processo só pode ser feito quando tivermos a avaliação feita. Não há nenhuma decisão sobre este assunto.

Todas as alegações levantadas que o Governo Regional iria ser maioritário para pagar as dívidas ou as multas da Transmaçor são falsas.

Deputado Lizuarte Machado (PS): Muito bem!

O Orador: Segundo aspecto:

Sabemos que os diversos navios têm limitações. Eu não sou técnico nem especialista nesta arte. Cabe ao comandante averiguar, em determinado momento, se deve ou não atracar ao porto, se deve ou não pedir rebocador.

Com as obras que estamos a efectuar no porto da Graciosa vai haver um rebocador disponível durante toda a operação deste ano. Já estamos a trabalhar no porto. Daqui a uns tempos vai ser obrigatório o rebocador para entrar o navio dos combustíveis, o navio de contentores. Portanto, ele vai ficar durante o Verão porque as obras só vão terminar nos finais de Agosto ou Setembro.

Portanto, o porto mais complicado que temos, que é o porto da Graciosa, tem este problema resolvido. Terá sempre a ajuda do rebocador.

Pensamos que este é o último ano que o “Ilha Azul” estará a funcionar nos Açores.

Agora, não existem barcos disponíveis no mercado que queiram abrir uma porta lateral para entrar nos diversos portos dos Açores.

Aqueles que estão disponíveis já têm uma determinada idade e têm uma determinada tecnologia.

Qual é a solução para o Governo Regional?

Construir barcos novos.

Quanto é que isto custa?

Custa mais de 50 milhões de euros.

Só é possível fazer agora, porque só agora a Região Autónoma dos Açores tem disponibilidade financeira para o fazer. Não seria moral que fizesse antes. É isso que estamos a fazer.

Depois dos navios estarem prontos, gerir estes navios é bem mais fácil, porque são feitos e adequados para os portos dos Açores.

Está encontrada a solução do processo. Não precisa nenhuma intervenção, nenhuma solução miraculosa do Sr. Deputado Jorge Macedo.

Este Governo Regional prometeu, vai cumprir e quando terminar esta legislatura teremos no início uma nova operação do transporte marítimo, certamente melhor, com melhores condições, com melhores equipamentos.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Lizuarte Machado.

* **Deputado Lizuarte Machado (PS):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo, Sr. Deputado Jorge Macedo:

Oito empresas levantaram o caderno de encargos e nenhuma concorreu!

Isso diz bem a dificuldade que é entrar neste segmento do mercado e neste negócio nos Açores, com as limitações que a Região tem, com os portos que tem; isso diz bem a dificuldade que é encontrar no mercado internacional navios para operar durante um tão curto espaço de tempo.

O que aconteceu a seguir também diz bem o que foi o esforço do Governo Regional que não deixou cair os braços e encontrou uma solução. Foi à procura dessa solução. Não deixou que o processo parasse ou morresse por aí. Vieram os navios e o movimento efectuou-se.

Portanto, isso deve-se exclusivamente ao esforço da Região, ao esforço do Governo Regional.

Quanto à actividade do transporte marítimo de passageiros ser uma actividade tradicional nos Açores, pois é, Sr. Deputado, é uma actividade tradicional e secular.

Foi pena o PSD há uns anos atrás ter dado cabo dela.

Deputada Cláudia Cardoso (PS): Muito bem!

O Orador: Quanto ao acidente do navio na Graciosa, é bom que fique claro: todos os navios têm limitações, todos os portos têm limitações. De uma forma ou de outra, têm. Mas é evidente que não foi uma aragem, como o senhor diz, de 20 nós...

Deputado Jorge Macedo (PSD): Uma brisa!

O Orador: ... que fez com que o navio encalhasse.

Que fique claro:

O acidente do “Ilha Azul” na Graciosa não se deveu nem às condições do porto, nem às condições de manobra do navio, nem às condições de tempo. Tire daí as conclusões que muito bem entender, já que do inquérito se recusa a tirá-las.

Registo, para que muito fique claro, as afirmações do Sr. Secretário da Economia relativamente à notícia de ontem à qual, fazendo a revista de imprensa, mais uma vez os senhores reagiram sem aguardarem por confirmação ou desmentir:

“A integração dos Cruzeiros no capital social da Transmaçor é o único caminho possível para se resolver o problema da empresa e para se resolver o problema do transporte marítimo de passageiros nesta zona do triângulo.

É fundamental integrar os Cruzeiros no capital social da Transmaçor; é fundamental que a Região e a Secretaria estejam fora disso e fora da titularidade directa dos navios para que possam definir novas regras de serviço público, eventualmente com apoio ao bilhete, para que o mercado seja completamente claro, completamente transparente, completamente aberto a quem queira nele entrar ou a quem queira dele sair”.

Que fique muito claro que nós estamos consigo nesta matéria, Sr. Secretário. Tem o nosso apoio porque este é o único caminho possível.

Muito obrigado.

Deputados Francisco Coelho e Cláudia Cardoso (PS): Muito bem!

Presidente: Para uma intervenção tem a palavra a Sra. Deputada Nélia Amaral.

Deputada Nélia Amaral (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

A pobreza e a exclusão social têm causas e consequências.

Nenhuma das duas se reporta exclusivamente às pessoas em situação de pobreza ou de exclusão.

Não é a falta de recursos financeiros, a idade, o sexo, a etnia a orientação sexual ou mesmo a deficiência que mais condiciona o pleno exercício da cidadania.

Maior impacto terá a forma como a sociedade, o mesmo é dizer todos nós, lidamos com essas características que, sem serem nem melhores nem piores são, no entanto, diferentes das nossas, de quem a cada momento detém o poder de decisão.

Não é por se ser mulher que se está menos disponível para a actividade profissional, seja ela qual for. Talvez seja, em boa parte, porque nos “oferecem” um conjunto de “direitos especiais” que em boa verdade se traduzem na tarefa de zelarmos pela salvaguarda de direitos dos nossos filhos ou dos nossos pais, nomeadamente no acompanhamento em situações de doença ou de dependência;

Não é por se ter mobilidade reduzida que não nos podemos deslocar de forma autónoma. Talvez essa limitação se deva, em grande medida, ao facto de se ter convencionado construir degraus em vez de rampas;

Não é por se ser pobre que se é menos inteligente. Por vezes obtêm-se piores resultados académicos porque se optou por centrar o ensino em estímulos indisponíveis para muitos e menosprezar as aprendizagens decorrentes das vivências dos alunos com menos recursos financeiros;

Não é por se ser idoso que se é menos válido. Talvez seja, pelo menos parcialmente, fruto do “culto do novo e do descartável”, nas pessoas como nas coisas.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Também as consequências da pobreza e exclusão social se fazem sentir na vida de cada um de nós.

O investimento no combate à pobreza e na promoção da inclusão justifica-se não só por razões de solidariedade e de justiça social mas também numa lógica de utilização racional de recursos. Fazemo-lo na defesa dos direitos dos mais desfavorecidos e mais fragilizados, mas fazemo-lo também convictos de que é a opção mais racional do ponto de vista moral, social e económico.

Sob todas estas perspectivas, moral, social e económica, custa mais manter um portador de deficiência eternamente dependente de uma pensão de invalidez do que investir na sua educação, na sua formação profissional e posterior apoio à entrada e permanência no mercado de trabalho, quer em contexto regular quer protegido;

Custa mais ter jovens que abandonam precocemente a escola e entram na vida adulta sem competências académicas, sociais ou profissionais do que investir na diversificação da oferta curricular por forma a tornar as actividades lectivas mas atractivas e potenciar a sua permanência no sistema de ensino;

Custa mais apoiar o funcionamento de um lar de idosos do que apoiar a permanência dos idosos nas suas residências, integrados nos seus contextos familiares e sociais;

Custa mais permitirmos a manutenção de situações de precariedade económica intergeracional, com a consequente dificuldade no acesso a cuidados de saúde, a habitação condigna e a uma educação de qualidade do que garantirmos os recursos financeiros necessários para que possam viver com dignidade e contratualizar formas de prosseguirem projectos de vida alternativos.

Custa mais mantermo-nos indiferentes e alheados do que envolvermo-nos num esforço de compensação de desvantagens e de incapacidades que indubitavelmente nos enriquecerá a todos na qualidade de indivíduos e enquanto sociedade.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

A Política social desenvolvida na Região baseia-se neste entendimento.

Baseia-se igualmente nas orientações emanadas da União Europeia nomeadamente no que concerne ao conceito de exclusão e à forma como a mesma deve ser combatida.

No relatório conjunto da Comissão Europeia e do Conselho da União Europeia sobre protecção Social e Inclusão Social de 2005, a exclusão social é definida, e cito: como “o processo através do qual algumas pessoas são **empurradas** para a periferia da sociedade e **impedidas** de nela participar plenamente” devido à sua condição de precariedade económica mas também à falta de uma educação formal, de competências de empregabilidade, de acesso aos serviços ou recursos que tornem essa participação possível.

No mesmo relatório afirma-se também, e volto a citar: que a “promoção da inclusão significa inverter esta tendência” assegurando que todos e em particular aqueles que enfrentam maiores riscos usufruem das oportunidades e dos recursos conducentes a uma plena participação na vida económica, social e cultural das suas comunidades”.

No entanto, nos Açores como em Portugal e na Europa, continuamos a conviver com pessoas em situação de pobreza e de exclusão.

Em 2005, 16% da população europeia vivia em situação de risco de pobreza, sendo que essa percentagem aumentava para 19% das crianças com idade igual ou inferior a 17 e dos idosos com idade igual ou superior a 65.

Estas percentagens disparam se considerarmos o rendimento dos europeus antes de qualquer transferência social, incluindo pensão de velhice e sobrevivência. Teríamos então uma taxa

de 33% da população europeia a viver em risco de pobreza, situação que mais uma vez se agravaria para as crianças e os idosos, atingindo 36% das crianças com idade igual ou inferior a 17 e 90% dos idosos com idade igual ou superior a 65.

15,5% dos jovens europeus abandona precocemente a escola;

9,7% das crianças da Europa vivem em famílias sem qualquer rendimento do trabalho;

1 em cada 5 europeus vive em habitações degradadas;

8% da população empregada vive em risco de pobreza.

Estes são dados de 2005, referentes à Europa a 25. Uma Europa que se diz e que se quer “desenvolvida” e empenhada na promoção da inclusão e da coesão social.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Este estado de coisas é inaceitável e deve sobretudo mobilizar-nos para uma análise crítica das nossas práticas.

Uma apreciação crítica que não se baste a si própria, que não se satisfaça com a mera elencação dos problemas, identificação de lacunas nem com a mera afirmação da necessidade de mudança, sem traçar qualquer rumo ou percurso.

Uma reflexão que, para ser responsável, tem de ser consequente. O mesmo é dizer: tem de ser conducente à identificação de respostas alternativas.

É precisamente esse processo que tem vindo a ser desenvolvido pela Comissão das Comunidades Europeias e pelo Conselho da Europa no âmbito do Método Aberto de Coordenação. Desde 2000 os Estados Membros são encorajados a desenvolver os seus Planos Nacionais de Acção para a Inclusão através dos quais definem estratégias, prioridades, metas e cronogramas tendo por base objectivos comuns definidos ao nível Europeu e indicadores e instrumentos também acordados por todos os Estados Membros.

Pretende-se assim proporcionar um quadro analítico comum no qual as políticas de cada Estado Membro podem ser avaliadas quanto à sua eficácia, proporcionando também os instrumentos para uma análise comparativa fidedigna quer internamente ao nível de cada Estado Membro quer ao nível europeu entre os diferentes Estados.

A Comissão acompanha a execução dos Planos de Acção de todos os Estados Membros e elabora o respectivo relatório, em conjunto com o Conselho da Europa.

O último relatório conjunto da Comissão e do Conselho sobre Protecção Social e Inclusão Social relativo a 2007, apresenta-se assim como um instrumento de trabalho muito válido.

Perante os indicadores atrás referidos o relatório reafirma a natureza complexa e multidimensional da pobreza e exclusão social, contemplando áreas como rendimentos, habitação, acesso a serviços de saúde, educação, oportunidades de emprego e até oportunidade de acesso às novas tecnologias de informação.

Reafirma igualmente o objectivo de promoção de uma efectiva igualdade de oportunidades para todos salientando a necessidade de um envolvimento continuado e de longo prazo de todos os intervenientes, quer se trate de entidades públicas ou privadas, de âmbito nacional, regional ou concelhio.

Apela a todos os Estados Membros para um maior rigor e precisão na definição de objectivos e metas quantificáveis bem como na avaliação sistemática da sua eficácia e, Incentiva os Estados Membros à adopção de uma estratégia sistémica, e integrada que denominou de **inclusão activa**.

A inclusão activa assenta em três pilares distintos mas articulados, que devem ser mobilizados consoante as necessidades de cada pessoa e mediante projectos personalizados.

Os três pilares da inclusão activa são:

1. Assegurar que todos dispõem dos rendimentos necessários para viver com dignidade;
2. Proporcionar a todos oportunidades de emprego inclusivas através de apoios que vão desde a formação profissional ao apoio na manutenção do emprego, passando também por outros apoios complementares nomeadamente no que concerne a conciliação da vida familiar e profissional ou mesmo de redes de transportes;
3. Garantir a todos o acesso a serviços sociais de qualidade assentes no partenariado entre o prestador de serviços e o seu utilizador.

Estes três pilares asseguram o necessário equilíbrio entre protecção e capacitação ou autonomização dos utilizadores dos serviços. A prestação de serviços sociais situa-se nessa encruzilhada entre a exclusão e a autonomização e podem ser os agentes catalizadores de um ou do outro. O sucesso das intervenções depende das sinergias que soubermos criar entre eles.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Esta é uma análise que importa fazer também ao nível da nossa Região.

Não posso deixar de registar, com satisfação, que das orientações comunitárias anteriormente referidas se pode concluir pela validação das estratégias de solidariedade social que têm sido desenvolvidas na Região no âmbito dos Governos do Partido Socialista.

Por mais que alguns fiquem chocados reafirma-se a necessidade de garantir um rendimento mínimo a todos quantos dele necessitem e pelo período de tempo que dele necessitem, para que possam viver com dignidade.

São igualmente validados, caso validação fosse necessária, os investimentos que têm sido feitos na Região no âmbito do apoio aos diferentes grupos de risco e em particular das diferentes valências de apoio a crianças e jovens, idosos e portadores de deficiência quer se trate da oferta universal do pré-escolar, da diversificação curricular, da introdução das tecnologias da informação nos contextos escolares, da oferta generalizada de orientação vocacional, formação profissional e formação de activos, da promoção de actividades culturais desportivas e recreativas, da cobertura generalizada do apoio domiciliário, centros de dia, centros de actividades ocupacionais, residências, entre outros.

Estas são estratégia prosseguidas por toda a Europa no sentido de mobilizar e capacitar as pessoas com capacidade para entrar no mercado de trabalho e garantir condições de vida digna a todos os que permanecem fora do mercado de trabalho.

Sai ainda reforçada a nossa experiência de colaboração com entidades não governamentais na implementação das políticas sociais de forma descentralizada e corresponsabilizada, que é apontada agora como factor essencial ao sucesso das intervenções.

Apraz-me ainda referir que, apesar da dispersão geográfica, a região apresenta hoje uma rede de parceiros alargada e uma distribuição dos diferentes serviços de apoio que cobre toda a região, enquanto muitos Estados Membros continuam a investir prioritariamente no desenvolvimento de infra-estruturas para prestação de serviços, e aumento da capacidade de resposta.

Ficamos assim numa situação de relativa vantagem podendo dedicar maior atenção ao grande desafio da inclusão activa: a promoção da qualidade dos serviços que prestamos.

Dessa qualidade depende o correcto diagnóstico da situação de cada pessoa, o delinear de objectivos e a identificação dos intervenientes por forma a dotá-la com as competências necessárias para lidar com as suas circunstâncias de vida, sendo certo que quanto mais acentuadas forem as fragilidades maior será a exigência de qualidade na intervenção.

É neste contexto da inclusão activa, e mais concretamente na salvaguarda do acesso a serviços de qualidade que, em meu entender, se nos colocam os principais desafios.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Não poderia terminar esta intervenção sem uma abordagem a esse grande desafio, o da promoção da qualidade, sob pena de ser tão inconsequente quanto outras análises que têm abundado particularmente na comunicação social.

Permitam-me então que partilhe convosco como, em meu entender, este desafio da qualidade deve ser transposto para as nossas práticas do âmbito da promoção da inclusão social.

A complexidade das situações com que nos debatemos no combate à pobreza e exclusão social, associada à fragilidade das pessoas com que muitas vezes lidamos, exige de nós uma cultura de rigor científico e técnico nas nossas intervenções. Rigor na prestação de cuidados, na prestação dos serviços, rigor na relação com o utilizador dos serviços, rigor na articulação com os parceiros e rigor na exigência de cumprimento das acções contratualizadas. A natureza não Governamental das instituições ou o seu cariz voluntário não pode comprometer a exigência de profissionalismo.

O nível de fragilidade das pessoas a quem as acções se destinam tem de ser directamente proporcional à exigência de competência técnica e científica de profissionalismo, de empenho e mesmo de criatividade na busca de soluções.

A experiência de descentralização que já possuímos tem aproximado os serviços dos cidadãos e enriquecido as nossas comunidades. Os serviços têm de estar disponíveis onde são necessários. No entanto não podemos permitir que haja quem continue a pensar que descentralizar significa ter o estado, a região, ou os municípios a desenvolver as mesmas acções em espaços diferentes e eventualmente com critérios de qualidade também diferentes. Na defesa dos interesses dos utilizadores dos serviços a descentralização tem de implicar, sempre e cada vez mais, delegação de competências, articulação entre serviços, especialização e coordenação, sem comprometer nunca o rigor técnico e a qualidade.

A complexidade e a multiplicidade dos factores envolvidos nas situações de pobreza e de exclusão social exigem intervenções multidisciplinares e por vezes pluridepartamentais. O acesso aos serviços deve ser integrado para que os seus utilizadores possam recorrer àquele ou àqueles de que, em cada momento, necessitam podendo transitar de uns para outros. Esta conjugação de esforços exige uma coordenação capaz e não pode desresponsabilizar nenhum

dos intervenientes nem tão pouco prejudicar a especialização que justifica a sua inclusão na equipa.

A fragilidade e a dependência das pessoas com quem trabalham não justificam qualquer diminuição da sua dignidade humana. A salvaguarda da dignidade e da autonomia dos utilizadores dos serviços deve ser uma preocupação constante na relação e na forma como os serviços são prestados, independentemente das características dos nossos interlocutores.

Sabemos também que a eficácia das intervenções, mesmo junto de crianças ou de grupos muito fragilizados é directamente proporcional ao envolvimento das pessoas visadas. A aplicação deste conhecimento às práticas diárias traduz-se num apelo ao partenariado entre os prestadores de serviços e os utilizadores, entre os diferentes prestadores de serviços, entre os diferentes níveis de poder e entre instituições e grupos de utentes. Um partenariado que envolva o utilizador dos serviços ou o seu representante no diagnóstico de cada situação, na definição de prioridades, no planeamento de respostas integradas, na sua execução e na avaliação dos serviços.

Importa ainda investir na transposição dos indicadores e instrumentos acordados ao nível europeu pelos diferentes Estados Membros para a nossa prática regional. Devemos incentivar uma maior operacionalização dos objectivos, quantificação das metas, definição de cronogramas e definição dos indicadores através dos quais se aferirá da eficácia das intervenções.

Importa continuar a construir uma cultura de manutenção de registos adequados que permitam não só uma avaliação criteriosa mas também documentar o muito que de bom se tem feito na Região também numa lógica de divulgação de boas práticas.

Termino como comecei, afirmando que a exclusão social tem causas e consequências que nos afectam a todos. Saibamos todos **percebe-las** e envolvemo-nos, de forma activa, responsável e consequente no processo de promoção de uma sociedade mais justa, mais coesa e mais inclusiva.

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado José Manuel Bolieiro.

*** Deputado José Manuel Bolieiro (PSD):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Breves palavras para saudar a Deputada Nélia Amaral pela sua intervenção, pela temática que trouxe e o modo como a abordou.

Quero também sublinhar que saúdo todas as organizações não governamentais no trabalho que desenvolvem em matéria de combate à pobreza e de inclusão social.

Pareceu-me, nessa parte da sua intervenção, haver uma cautela quanto ao trabalho e ao modo como estas organizações não governamentais desenvolvem as suas funções e missões em matéria de inclusão social.

Quero dizer-lhe que pela minha parte e pela parte do PSD há vontade política para garantir a proliferação destas organizações não governamentais e garantir apoios para a crescente profissionalização, rigor técnico e científico na adopção das melhores práticas, para também elas, conjuntamente com a Administração Regional, permitirem boas políticas de combate à pobreza e de luta pela inclusão social.

Hoje, e apesar deste trabalho do Governo do Partido Socialista, o que se pode concluir é que não houve sucesso num verdadeiro combate à pobreza nos Açores. Ela ainda subsiste de forma excessiva.

Fica também este registo, porque os resultados não abonam a favor da prática política destes Governos nestas matérias.

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra a Sra. Deputada Piedade Lalanda.

*** Deputada Piedade Lalanda (PS):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Primeiro para congratular-me com a intervenção da minha colega, porque nunca é demais trazer a esta Assembleia a temática da pobreza e da exclusão social.

Também para dizer que estava à espera da parte final da intervenção do Sr. Deputado José Manuel Bolieiro, porque recentemente fez declarações onde afirmou aquilo que acabou de dizer, que as políticas dos Governos do Partido Socialista não tiveram sucesso.

Nessa altura o senhor falou de outra questão – e é essa que vou trazer um pouco à baila – que aquilo que o Partido Socialista fazia aos pobres era apenas dar-lhes uma dignidade social, ou seja, “vocês que se mantenham pobres e dignos, pobres e limpos”...

Deputado José Manuel Bolieiro (PSD): Falência das políticas sociais!

A Oradora: ... como antigamente se dizia.

Realmente o senhor está muito enganado.

Deputado José Manuel Bolieiro (PSD): Essa é a sua convicção!

A Oradora: Por estranho que pareça fez essas declarações na sequência de uma visita a uma Instituição de Solidariedade Social que foi criada pelo Governo do Partido Socialista, porque não existiam infra-estruturas como “O Norte Crescente”, antes de 96.

Deputado José Manuel Bolieiro (PSD): É uma iniciativa não governamental!

A Oradora: É interessante os senhores terem ido lá e terem dito que era uma iniciativa exemplo, que não foi criada no âmbito dos governos do PSD.

Deputado José Manuel Bolieiro (PSD): O ar que hoje respiramos não é do Partido Socialista, no entanto, respiro-o hoje!!!

A Oradora: Também é estranho que os senhores digam que o Partido Socialista apenas confere dignidade à pobreza, quando se sabe que um dos grupos alvo da pobreza é, por exemplo, os idosos. Os idosos têm o direito de viver uma vida com dignidade e essa vida passa por medidas de protecção social que não só não podem ficar limitadas às poucas reformas que recebem, mas que se estendem a medidas que também os governos do Partido Socialista foram incrementando, como uma rede alargada de apoios ao domicílio, como foi aqui referido, apoios complementares ao nível dos medicamentos e o complemento de reforma.

Deputado José Manuel Bolieiro (PSD): Sra. Deputada, eu não apoio os seus pressupostos!

A Oradora: Tudo isso são medidas que dignificam a velhice, que dignificam a velhice mais empobrecida e aliás, há uma orientação da União Europeia para que se combata a chamada pobreza extrema, ou seja, as franjas da população que são atingidas pela carência.

Portanto, não percebo como é que os senhores podem estar contra medidas que melhoram a qualidade de vida das pessoas mais carenciadas, ...

Deputado José Manuel Bolieiro (PSD): Não estamos contra. Baseio-me apenas na sua insuficiência!

A Oradora: Realmente essa é uma área, Sr. Deputado, que, infelizmente, por muito que se faça nunca se consegue os 100%. Nem os Governos do PSD o conseguiram!

Deputado José Manuel Bolieiro (PSD): Mas quando se mostra incapacidade leva-se a um chumbo!

A Oradora: Portanto, isto não é uma falência dos Governos do Partido Socialista. Agora, o senhor compare o número de equipamentos, que os senhores dizem que vão proliferar, que existiam até 96 – gostam pouco desta data, mas é um facto –...

Deputado José Manuel Bolieiro (PSD): Faz parte do calendário!

A Oradora: ... e o número de equipamentos que existem hoje em dia.

Não há dúvidas que há áreas que os senhores esqueceram. A violência doméstica e as crianças não foram áreas do vosso interesse. Os idosos foram armazenados em lares de capacidade enorme. Os senhores não pensaram nas estruturas familiares de apoio aos mais carenciados.

Deputado José Manuel Bolieiro (PSD): Não apoiado!

A Oradora: Portanto, não têm lições a dar ao Partido Socialista em matéria de protecção social

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Tem a palavra a Sra. Deputada Nélia Amaral.

*** Deputada Nélia Amaral (PS):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Em primeiro lugar, para agradecer as palavras simpáticas do Sr. Deputado José Manuel Bolieiro.

Deputado José Manuel Bolieiro (PSD): Foram justas. Não merecem agradecimento!

A Oradora: Em segundo lugar, para salientar aquilo que considero ser a diferença fundamental entre a análise que fiz daquela tribuna e a apreciação que o Sr. Deputado José Manuel Bolieiro faz da bancada e que já tem feito em outros contextos.

Deputado Jorge Macedo (PSD): Congratulou-se!

A Oradora: Espere, Sr. Deputado.

Fui àquela bancada falar de problemas que persistem nos Açores, no país e na Europa, uma das regiões mais ricas do globo. Mas fui também àquela bancada assumir como é que em minha opinião se pode melhorar o trabalho que está a decorrer nos Açores.

Ao invés, o Sr. Deputado José Manuel Bolieiro fala de más políticas, de más opções, mas nunca diz o que seria a boa política.

Essa é, como intitulei na tribuna, uma crítica que se basta a si própria, uma crítica pela crítica, uma crítica inconsequente.

Deputado José Manuel Bolieiro (PSD): Os resultados falam da insuficiência destas políticas!

A Oradora: Quanto à referência que o Sr. Deputado faz às Instituições Particulares de Solidariedade Social e às organizações não governamentais envolvidas no combate à pobreza e à promoção da inclusão social, bastará dizer que o apoio que o vasto leque de instituições existentes na Região têm recebido por parte do Governo do Partido Socialista, será certamente significativo do apreço e da valorização que o Governo lhes reconhece.

Isso não significa que não reconheçamos também, ou que eu não reconheça que há um percurso a ser percorrido. Estas instituições, em meu entender, precisam continuar a ser apoiadas no reforço da formação dos funcionários que nelas trabalham, nos seus dirigentes, por forma a que a relação que estabelecem com os utilizadores dos serviços que prestam, corresponda à relação que descrevi naquela tribuna, uma relação de dignificação dos direitos humanos, uma relação de parceria, uma relação de envolvimento na definição dos objectivos, de contratualização, uma relação de rigor, uma relação de profissionalismo.

Presidente: Para uma intervenção tem a palavra o Sr. Deputado Aires Reis.

Deputado Aires Reis (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O Partido Social Democrata, através do seu Presidente, Dr. Carlos Costa Neves, tem vindo a apresentar junto da sociedade açoriana um novo modelo de governação dos Açores. De entre vários princípios, gostaria de destacar nesta minha intervenção, o da proximidade, anunciado na Convenção Autárquica do passado fim de semana em São Jorge.

Ora, tal aposta não poderia vir mais a propósito.

Se é certo que as autarquias desempenham um papel essencial e até mesmo insubstituível no desenvolvimento das nossas comunidades, essa realidade acentua-se quando nos concentramos nas ilhas menos populosas.

Assumem mesmo um papel determinante quando constatamos que, pelo contrário e actualmente, existe apenas a palavra coesão nos discursos dos responsáveis governamentais,

mas que na prática, em doze anos, têm demonstrado não só a falta de resultados, mas também o fracasso das políticas implementadas.

Sim, porque o conceito de coesão apareceu no vosso discurso, a reboque do PSD...

Deputado José Manuel Nunes (PSD): Muito bem!

O Orador: ... para refrescar o ambiente eleitoral das últimas eleições e porque existia uma crescente discrepância entre os níveis de desenvolvimento de muitas das ilhas desta região.

Deputado Jorge Macedo (PSD): Muito bem!

O Orador: A verdade é que este conceito existe há largos anos nos Açores. Foi mesmo implementado pelo PSD, nas suas políticas de governação há já muitos anos, como todos os Srs. Deputados terão a hombridade de reconhecer.

Não me restam dúvidas que se nesse tempo entrassem, nos Açores, cerca de 100 mil contos por dia de fundos comunitários, todas as ilhas tinham um nível de desenvolvimento bastante elevado e muito mais nivelado do que actualmente acontece

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

O Orador: Mas, não tivemos essa sorte. Era um tempo difícil para os Governos daquela altura.

Foi já no tempo destes governos do Partido Socialista que estes fundos comunitários se acentuaram e muito. Tanto dinheiro da Europa a entrar nos Açores e, mesmo assim, nem foram capazes de impulsionar o desenvolvimento de algumas ilhas como por exemplo São Jorge.

Pelo contrário, colaboraram sim e de forma decisiva, na sua desertificação, na sua estagnação, no reaparecimento de um espírito de desmotivação, de falta de esperança, de descrédito no futuro.

Deixaram de apostar nas pessoas, nas suas instituições e tentaram mesmo açambarcar, por diversas vezes, a sua autonomia, a sua individualidade e a sua dinâmica.

Deputado Jorge Macedo (PSD): Muito bem!

O Orador: A política foi implementada ao contrário.

A ilha de São Jorge, tal como as outras menos populosas, tem vindo a perder a robustez económica e social que tinha. Os senhores tão concentrados nos vossos discursos, nem deram por isso...

Mas, Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, o PSD/Açores ainda acredita na sua recuperação.

Deputado Herberto Rosa (PS): É o único!

Deputado Nuno Amaral (PS): Ainda estão nos “cuidados intensivos”!

O Orador: E que esta terá início em Outubro próximo.

Acreditamos que um novo modelo de desenvolvimento, mais virado para as pessoas, com políticas sérias e de proximidade, vai possibilitar a recuperação das nossas comunidades e o desenvolvimento que todos desejamos para cada uma das parcelas dos Açores.

E a política de proximidade passa muito pela congregação de esforços e sintonia de objectivos.

Passa, portanto, também pelas nossas Juntas de Freguesia.

Deputado Jorge Macedo (PSD): Muito bem!

O Orador: Permitam-me, por isso mesmo, uma abordagem ao papel destas importantes instituições do poder local.

Tem sido comum falar-se destas autarquias, da sua relevância nas nossas comunidades, do empenho e desempenho dos seus autarcas. Dos seus problemas e das suas dificuldades.

Mas a verdade é que não tem sido dado o devido papel a estas instituições públicas na intervenção que podem ter na sua comunidade, na sua ilha e mesmo na região.

Como dizia em São Jorge o Presidente do PSD Açores, Dr. Costa Neves, é preciso promover uma política de proximidade. O que pode ser feito pelas Juntas, são estas que o devem fazer.

O que as Câmaras podem resolver, não devem ser outras entidades, mais distantes das populações, a tratar.

As nossas Juntas conhecem as pessoas pelos seus nomes, conhecem o seu meio como nenhuma outra entidade, sabem fazer bem e de acordo com os anseios da sua comunidade.

Deputado Clélio Meneses (PSD): Muito bem!

O Orador: Então devemos potenciar a sua acção, envolvê-las no desenvolvimento territorial, dar-lhes meios para poderem dar respostas e fazê-las crescer nas virtudes que já possuem.

Vamos também respeitá-las e estar ao seu lado.

Nenhum governo tem o direito de ver numa autarquia, qualquer que seja, um adversário. Um concorrente.

Uma autarquia é um parceiro no desenvolvimento da região.

É assim que o Partido Social Democrata vê uma Junta de Freguesia ou uma Câmara. Qualquer que seja. É em conjunto com as autarquias e não contra as Juntas que o PSD vai desenvolver o seu trabalho quando assumir a responsabilidade governativa da Região.

Pelo contrário, os Governos de Carlos César, parecem ver nas Juntas um adversário, um concorrente, e não um parceiro de desenvolvimento de uma comunidade.

Deputado Clélio Meneses (PSD): Muito bem!

O Orador: Os governos do PS têm demonstrado, de facto, uma grande falta de respeito pelas autarquias.

Veja-se o triste episódio que aconteceu com a apresentação do Projecto de ampliação do Porto da Panela na Fajã de São João.

(Risos dos Deputados da bancada do PS)

Deputado Clélio Meneses (PSD): É melhor relatar para ver se eles se envergonham e param de rir!

O Orador: Há cerca de quinze dias, na freguesia de Santo Antão, ouvia-se dizer que um membro do Governo Regional tinha ido a S. Jorge apresentar o projecto de ampliação do cais do Porto da Panela, na Fajã de S. João.

Secretária Regional do Ambiente e do Mar (Ana Paula Marques): Dessa é que os senhores não gostaram!

O Orador: O Presidente da Junta local, um jovem e promissor autarca, nem queria acreditar, pois não lhe passava pela cabeça que o Governo tivesse a ousadia de não o informar, e a falta de bom senso de não lhe endereçar um convite para o referido evento.

Secretária Regional do Ambiente e do Mar (Ana Paula Marques): O senhor não sabe o que está a dizer!

O Orador: Mas a verdade é que este responsável autárquico só teve conhecimento do que se iria suceder, através de um morador da Fajã – daqueles que foram cirurgicamente convidados pelo telefone – mesmo em cima do acontecimento.

Ora, um governo que vai a uma freguesia apresentar um projecto e convida os respectivos moradores, ignorando o primeiro responsável autárquico local, merecia – diziam algumas pessoas – um valente puxão de orelhas.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

Deputado António Marinho (PSD): Falta de respeito!

O Orador: Recordo que, na última visita estatutária do Governo Regional a S. Jorge, o Conselho de Ilha alertou o senhor Presidente do Governo para a importância dos responsáveis autárquicos serem informados, sempre que o executivo promovesse uma obra na sua área administrativa.

Em nossa opinião, nem seria necessário esse pedido. Bastava termos governantes com algum bom senso e com uma postura institucionalmente correcta.

Deputado António Marinho (PSD): E respeitadora!

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

O Orador: A verdade é que nem o Presidente da Junta, nem os responsáveis pelo município local, tiveram a honra de poder participar no evento. Apenas, porque não foram convidados. E muito menos nós, deputados do PSD, que a pedido do Presidente da Junta, fomos os primeiros a alertar o Governo para a necessidade e oportunidade de se realizarem estas obras, tendo em conta que toda a maquinaria e equipamentos se encontravam naquele local a executar uma obra de protecção da orla marítima.

Mais grave ainda. Para espanto de todos, eu próprio, deputado eleito pela ilha de S. Jorge, que não fui convidado para a apresentação deste projecto ...

Secretária Regional do Ambiente e do Mar (Ana Paula Marques): Não é verdade! O senhor foi convidado! Olhe a fotografia!

Deputado José Manuel Bolieiro (PSD): E a fotografia prova o quê?!

O Orador: ... para a minha terra, recebi um convite para me deslocar a S. Miguel, para assistir ao lançamento da primeira pedra de uma obra de requalificação do Porto da Caloura. Parece uma brincadeira provocatória.

São atitudes como estas que descredibilizam a política.

Por mim, envergonhar-me-ia, se algum governo do meu partido fizesse semelhante disparate.

Não será, portanto, admiração para ninguém que os habitantes da freguesia Santo Antão continuem sem motivos para acreditar na boa fé deste governo.

Pelo contrário, devem estar sim orgulhosos do seu Presidente da Junta que, pese embora a mágoa de não ter sido convidado...

Secretária Regional do Ambiente e do Mar (*Ana Paula Marques*): Não foi? Mas está na fotografia!

O Orador: ... para a referida cerimónia – de uma obra que reivindicou – teve o discernimento e a inteligência de mandar um recado à Sra. Secretária, através de um dos convidados, informando-a de que a sua autarquia disponibilizava-se, desde já, para prestar todo e qualquer apoio necessário à referida obra, com maquinaria, equipamentos e mão-de-obra.

Lição de mestre, Sra. Secretária!

São atitudes destas que marcam a diferença entre quem se entrega à causa pública e quer o bem-estar e o desenvolvimento da população e aqueles que colocam, em primeiro plano, jogadas político-partidárias, completamente descabidas e merecedoras de uma violenta repreensão.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Os açorianos precisam de um novo alento e de governantes que ponham as pessoas e as nossas comunidades em primeiro lugar. Que desenvolvam o seu trabalho em cooperação com a sociedade civil, com um único objectivo – o bem comum!

Com estes Governos não é certamente, porque já o provaram.

Só com um governo Social Democrata, os açorianos e as suas comunidades, por mais periféricas que sejam, estarão em primeiro lugar e terão o respeito institucional que merecem.

Disse.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Deputada Ana Isabel Moniz (*PS*): Com um governo PSD, todos terão direito a convite!!!

Presidente: Srs. Deputados e Srs. Membros do Governo:

Eu tenho um dilema (não é muito grave, não se assustem!).

É que faltam 5 minutos para encerrarmos este período e tenho 3 pessoas inscritas (o Sr. Secretário Regional da Presidência, o Sr. Deputado Rogério Veiros e o Sr. Deputado Clélio Meneses). Vou dar a palavra a cada um uma única vez e ponto final. O Sr. Deputado Aires Reis tem direito a responder.

Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Presidência.

* **Secretário Regional da Presidência** (*Vasco Cordeiro*): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Está aberta a competição dentro do PSD para saber quem é que fala de coesão.

No primeiro dia deste plenário tivemos uma declaração politicam, feita pelo Sr. Deputado Sérgio Ferreira, sobre política de coesão.

Tocou-se, o Sr. Deputado Aires Reis! E eis que no último dia de plenário resolve também falar de coesão.

Mas não acertaram bem o discurso!

É que o Sr. Deputado Sérgio Ferreira reconhece que foi o Governo Regional que criou o conceito de “Ilhas de Coesão”.

O Sr. Deputado Aires Reis, como não quer ficar atrás na contestação ao Governo, diz que afinal o Governo não criou nada e que foi o PSD quem inventou o conceito de “Ilhas de Coesão”.

Grande confusão vai para os lados do PSD sobre o que é que deve ser a política de coesão.

Deputado António Marinho (*PSD*): O conceito de coesão é tão antigo, tão antigo...

O Orador: O senhor se quer falar, inscreva-se.

Mas não é só por aí que percebemos a confusão que vai na cabeça do PSD sobre o que é a política de coesão. Para o PSD a política de coesão é (pasmese Sras. e Srs. Deputados!) os convites para a apresentação do projecto do Porto da Panela, em São Jorge.

(Risos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Se foi convidado o Sr. Deputado, se não foi convidado!

Se foi convidado o Sr. Presidente de Junta, se não foi!

Pelos vistos há fotografias que dão conta que o Sr. Presidente de Junta, afinal, esteve presente...

Deputado Mark Marques (PSD): É mentira!

O Orador: Está aqui!

Deputado Mark Marques (PSD): Não foi nessa data! Seja correcto!

O Orador: Portanto, em relação a esta matéria estamos perfeitamente entendidos sobre o que é a política de coesão, o que é a coesão territorial, para o PSD.

É saber se na inauguração do porto da Panela, em São Jorge, o Sr. Presidente de Junta e o Sr. Deputado foram ou não convidados.

Mas houve alguns aspectos da intervenção do Sr. Deputado Aires Reis que merecem uma clarificação, sobretudo porque eu não esperava que o Sr. Deputado fosse tão faccioso, tão parcial na forma como vê as coisas.

O Sr. Deputado disse que devemos privilegiar o órgão que está mais próximo das populações. Isto é como aquele que diz: o Governo Regional não interessa neste processo!

Deputado Jorge Macedo (PSD): Quem é que disse isso?

O Orador: Se não o disse claramente, insinuou.

Deputado Jorge Macedo (PSD): Está inventando. A Sra. Secretária tem uma melhor resposta com certeza!

O Orador: Além disso colocou a questão em termos de que o Governo vê nas autarquias um adversário, não vê um parceiro.

Sr. Deputado, cada uma das estruturas e dos níveis de poder tem o seu papel. Por acaso, o Governo não vê as coisas nesses termos. Se o Governo visse as coisas nesses termos, imagine que leitura é que nós não teríamos daqueles Srs. Presidentes de Câmara ou dos Srs. Presidentes de Junta que quando têm obras comparticipadas pelo Governo Regional, como é o caso da habitação, por exemplo, fazem a festa e fazem o foguetório e nem sequer referem que o Governo comparticipou.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

O que é que nós pensaríamos, Sras. e Srs. Deputados, daqueles autarcas que estão numa clara competição para entrar em áreas que são do Governo Regional?

Não! Cada um tem o seu papel, cada um tem o seu espaço e desse ponto de vista não faz qualquer sentido a triste intervenção que o Sr. Deputado Aires Reis acabou de fazer daquela tribuna, sobretudo com este sentido.

Deputado António Marinho (PSD): A tristeza está à vista e está localizada!

Presidente: Sr. Secretário, agradecia que terminasse.

O Orador: Sr. Presidente, gostava de terminar, mas gostava também que a minha intervenção não prejudicasse os apartes do Sr. Deputado António Marinho.

Repare (para terminar a minha intervenção):

Tanto considera o Governo Regional as autarquias da Região como parceiros, que estes mesmo Governo assumiu que no próximo Quadro Comunitário de Apoio há verbas que são para ser utilizadas e que são colocadas à disposição das autarquias para os projectos que elas entendam desenvolver.

Deputado Jorge Macedo (PSD): Mais pudera! Era o que faltava!

O Orador: Se isto é não ver as autarquias da Região como parceiros credíveis e eficazes nas tarefas de desenvolvimento dos Açores, eu não sei o que é.

O Sr. Deputado Aires Reis esqueceu ou fez por esquecer tudo isto e optou por fazer daquela tribuna uma intervenção parcial, uma intervenção reaccionária, uma intervenção ao pior estilo de uma partidarite aguda que não tem qualquer razão de ser.

Muito obrigado.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Rogério Veiros.

* **Deputado Rogério Veiros (PS):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo, Sr. Deputado Aires Reis:

Por vezes, o senhor consegue enervar os deputados...

Deputado Aires Reis (PSD): Não é essa a minha intenção!

O Orador: ... com as suas intervenções, não por aquilo que diz, mas pela forma como diz. Não só enerva os deputados presentes, como deve enervar muitos jorgenses que se sentem envergonhados da sua triste comunicação.

Secretária Regional do Ambiente e do Mar (*Ana Paula Marques*): Sobretudo aqueles que foram à apresentação da obra da Fajã de São João!

O Orador: Vou explicar porquê:

O senhor fala que nos Açores entram 100 mil contos por dia.

O senhor sabe qual a percentagem que é gerida pelo poder local?

Aprenda a estudar antes de escrever!

O senhor sabe qual a percentagem que é gerida pelos privados?

Aprenda a estudar antes de escrever!

Deputado Mark Marques (*PSD*): Diga qual é a percentagem!

O Orador: O Governo Regional não gere tudo. O Governo Regional gere os Açores e gere o quadro comunitário junto com os privados, junto com o poder local.

Deputado Mark Marques (*PSD*): Qual é a percentagem?!

O Orador: O senhor inscreva-se se quiser falar!

O Sr. Deputado tem responsabilidades como autarca há muitos anos.

A vossa política de coesão e desenvolvimento para a Ilha de São Jorge é haver dívidas a fornecedores locais com um, dois, três ou quatro anos?

O senhor devia ter vergonha de vir aqui dizer o que disse.

Agora percebo por que é que o senhor já se refugia nas Juntas de Freguesia. Como já estão tão envergonhados com as vossas câmaras municipais, já têm que se refugiar nos Presidentes de Junta de Freguesia para defender a vossa política autárquica.

Mas gostaria de lhe dizer mais, Sr. Deputado.

O senhor veio aqui falar e transcrever parte de um artigo de opinião que escreveu na comunicação social. Não sabia que a Assembleia Legislativa Regional era para se ler artigos de opinião. Pensei que era para se fazer intervenções sérias.

Sr. Deputado, o Porto da Panela não é o “porto do tacho” do Deputado, nem do Presidente da Junta. É o Porto da Panela!

Secretária Regional do Ambiente e do Mar (*Ana Paula Marques*): Muito bem!

Secretário Regional da Presidência (*Vasco Cordeiro*): Uma panela não é um tacho!

O Orador: É isso mesmo. Uma panela, não é um tacho!

No dia em que o Governo Regional foi lá apresentar a obra, houve um cidadão da freguesia que solicitou à Sra. Secretária que fosse ampliado aquele porto. Esse mesmo cidadão

encabeçou uma lista, constituída por várias pessoas, e enviou uma carta ao Governo Regional a solicitar a ampliação.

Aquando da visita do Governo Regional este ano, a Sra. Secretária...

Deputado Aires Reis (PSD): Isso não é assim!

O Orador: Tenha calma! O senhor vai falar a seguir!

Deputado Aires Reis (PSD): Eu é que escrevi o abaixo-assinado!

O Orador: ... disse que ia ampliar o porto. Nessa reunião estava presente o Sr. Deputado, o Sr. Presidente de Junta e o Sr. Presidente da Câmara, ao contrário da visita anterior que o Presidente da Câmara nem apareceu para ver a apresentação da obra da protecção da orla costeira, mesmo convidado e o convite foi feito por escrito.

Presidente: Terminou o seu tempo, Sr. Deputado.

O Orador: O Sr. Presidente de Junta tomou conhecimento que o porto ia ser ampliado.

A Sra. Secretária deslocou-se a São Jorge, e muito bem, ligou ao primeiro peticionário para reunir e falar sobre isso.

Que democracia é a vossa em que o cidadão faz cartas ao Governo Regional a pedir a obra e o Governo quer reunir e os senhores não deixam?

É asfixia o que os senhores pretendem fazer sobre a população. Os senhores não querem que o Governo Regional vá a São Jorge e que o membro do Governo possa reunir livremente com as pessoas.

Que raio de democracia é essa?

Presidente: Tem que terminar, Sr. Deputado.

O Orador: Gostaria de dizer-lhe ainda, Sr. Deputado, que o senhor deixou de ser deputado regional para ser um “deputado de sacristia”. É que o senhor até faz esses anúncios, contra o Governo Regional, na igreja. Até utiliza isso para fazer política.

Tenha vergonha, Sr. Deputado! Não envergonhe mais os jorgenses!

Muito obrigado.

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Aires Reis.

* **Deputado Aires Reis (PSD):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Não sei se o meu tempo vai permitir responder a um conjunto de questões que foram colocadas, mas há duas coisas que têm que ser ditas, Sr. Deputado Rogério Veiros.

Teria sido mais interessante se o Sr. Deputado Rogério Veiros tivesse tido conhecimento de como é que foi feito o processo de reivindicação do Porto da Panela. Ele começou exactamente com uma intervenção do Presidente da Junta de Freguesia de Santo Antão.

Deputado Rogério Veiros (PS): Mentira!

O Orador: Foi exactamente desta forma.

Em segundo lugar, o senhor fala em asfixia da população. Eu podia dar aqui vários exemplos, como uma Santa Casa da Misericórdia que faz uma obra, evidentemente apoiada pelo Governo Regional, e a primeira coisa que o Governo Regional faz, antes de dar o apoio, é colocar o placard do tamanho de um tractor a dizer que estão a desenvolver os Açores.

Deputado António Marinho (PSD): Isso é o que lhes interessa!

Deputado Nuno Amaral (PS): A Comunidade Europeia obriga a isso!

Deputado Rogério Veiros (PSD): É legislação da Comunidade Europeia, Sr. Deputado. Só que os das câmaras municipais apodrecem antes de se iniciar a obra!

Presidente: Srs. Deputados, vamos manter a serenidade até ao fim do debate.

O Orador: Isto é que é asfixia à sociedade civil, Sr. Deputado

Relativamente a outro ponto que levantou aqui e que tinha a ver com a dívida dos fornecedores por parte das Câmaras Municipais, já não é a primeira vez que o faz. Sugeria-lhe que falasse directamente com o Presidente da Câmara, se tem algum problema pessoal a resolver sobre isso. Acho que esses assuntos não devem vir para aqui. É um assunto pessoal.

Deputado Rogério Veiros (PS): Ah! Isso não lhe interessa!

O Orador: Sr. Secretário, gostava de dizer-lhe que fico muito satisfeito com a sua irritação. É sinal que os assuntos lhe tocaram.

Deputados Jorge Macedo e Maria José Duarte (PSD): Muito bem!

O Orador: Agora tenho que dizer-lhe uma coisa: não admito que o Sr. Secretário fale com desdenho de qualquer obra em São Jorge, de qualquer porto de São Jorge ou de outra qualquer situação em São Jorge, como aconteceu.

Secretário Regional da Presidência (Vasco Cordeiro): Eu não falei com desdenho!

Deputado José Manuel Bolieiro (PSD): Pelo menos pareceu!

O Orador: Isso não é correcto e é um acto imponderado da sua parte.

Não gosto, nem admito que o senhor faça isso.

Por fim, para dizer que os senhores são hábeis em dar a volta aos assuntos. As fotografias que o senhor mostrou ao plenário não foram tiradas no dia que eu referi na minha intervenção. Não sei se foi a Sra. Secretária que o enganou ou se foi o Sr. Secretário que quis ser enganado.

Para lhe provar que o Presidente da Junta de Freguesia não estava lá, eu tenho um boletim (é este que aqui está!), com muita obra feita, e na última página refere o seguinte:

“Não posso nem devo deixar passar este atrevimento, pois independentemente da minha cor política, é o Presidente da Junta que representa a população da sua freguesia e nem me ficaria bem deixar passar esta falta de respeito a uma entidade oficial que tenho o dever e a responsabilidade de defender.”

Obrigado, Sr. Presidente.

Deputado Rogério Veiros (PS): É proibido reunir com a população?

Que democracia é essa?

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Clélio Meneses. Informo que tem um minuto e meio.

* **Deputado Clélio Meneses (PSD):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Para no encerramento deste debate manifestar não a minha surpresa, porque já não nos surpreendem, mas o lamento pela forma com que o Grupo Parlamentar do Partido Socialista e o Governo Regional, nas palavras do Sr. Secretário Regional da Presidência, brindou uma intervenção que o Sr. Deputado Aires Reis trouxe aqui, com seriedade e com respeito, sobre um problema que tem a ver com a relação institucional entre o Governo Regional e as autarquias.

Deputado José San-Bento (PS): Quando corre mal os senhores intimidam!

O Orador: Brincar com um porto que para aquela população é muito importante, como o Grupo Parlamentar do Partido Socialista fez aqui e o Sr. Secretário Regional da Presidência, é, de facto, demonstrativo da falta de argumentos para realçar a falta de respeito com que o Governo Regional trata as autarquias dos Açores.

Secretário Regional da Presidência (*Vasco Cordeiro*): Ninguém brincou com o porto!

O Orador: Por outro lado, também é revelador de que o Secretário Regional da Presidência, em vez de esclarecer a razão pela qual não respeita os Presidentes de Junta de Freguesia que não são da sua cor partidária, levou grande parte do tempo preocupado com a organização interna do Grupo Parlamentar do PSD.

Secretária Regional do Ambiente e do Mar (*Ana Paula Marques*): O senhor não sabe o que está a dizer!

O Presidente da Junta de Freguesia está aqui!

Deputado José Manuel Nunes (*PSD*): Essa fotografia não é actual!

O Orador: Dispensamos a sua ajuda e sobretudo sabemos que a sua preocupação não é pela forma como nós intervimos, é apenas e só pela forma como o PSD intervém na sociedade açoriana, tocando naquilo que diz respeito aos açorianos. Isso é que é importante e relevante. Terminei perguntando a todos e a cada um dos Srs. Deputados que aqui estão e ao Governo Regional:

Acham bem que o Governo Regional vá a uma freguesia apresentar um projecto...

Secretária Regional do Ambiente e do Mar (*Ana Paula Marques*): Eu não fui apresentar nenhum projecto!

Fui, depois do almoço, visitar a população!

O Orador: ... que diz respeito àquela freguesia e não convide o Presidente da Junta e que um membro da respectiva Assembleia de Freguesia do PS, é que ande a fazer convites, esquecendo o Presidente de Junta de Freguesia?

Há aqui alguém que de forma sincera e coerente ache isto bem?

Presidente: Sr. Deputado, agradeça que concluisse.

O Orador: Isto é vergonhoso!

Secretária Regional do Ambiente e do Mar (*Ana Paula Marques*): Vergonhoso é o que está a dizer!

O Orador: Isto demonstra a falta de respeito e a partidarização com que este Partido Socialista e este Governo Regional querem dominar tudo e todos.

A bem da verdade, a bem do respeito, o Deputado Aires Reis trouxe este problema aqui, à casa da Democracia, à casa da Autonomia, para que os açorianos saibam que este Governo

Regional desrespeita aqueles que elegeram, no caso concreto, os Presidentes de Junta de Freguesia.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Francisco Coelho.

* **Deputado Francisco Coelho (PS):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Umhas breves palavras depois da dramatização, talvez devida a alguma falta de aquecimento desta reunião plenária, do Sr. Deputado Clélio Meneses.

Sr. Deputado, vamos ser claros:

Ninguém, do Grupo Parlamentar do Partido Socialista e também tenho a certeza, por aquilo que interpretei, do Governo, brincou (que isto fique claríssimo!) ...

Deputado Clélio Meneses (PS): Agora cá! Ninguém esteve aqui dentro. Estávamos todos lá fora!!!

O Orador: ... nem com os jorgenses, nem com nenhuma freguesia de São Jorge, nem com nenhum investimento em São Jorge.

O Governo, pelo que percebi do debate, mostra-se apto a colaborar e a fazer uma realização ao nível local em São Jorge.

É preciso também perceber que não há dúvida que tem que haver respeito e solidariedade institucional com todos os órgãos de poder, mas também é preciso saber distinguir as coisas e é preciso saber distinguir o que é que se passa para ver qual é que é o grau de intervenção, ou de protocolo, de cada órgão de poder.

Em última análise, e no caso vertente, este “amor” e esta preocupação protocolar com os Presidentes de Junta, a ser levada a sério, devíamos fazer nesta câmara, embora com efeito retroactivo, um voto de protesto ao Governo de Durão Barroso, porque fez um encontro internacional nas Lajes e não convidou os respectivos Presidentes de Junta.

(Risos do Deputado Rogério Veiros.

Aplausos dos Deputados Rogério Veiros e José Ávila)

Deputado António Marinho (PSD): Continuam a brincar!

O Orador: O respeito não é isso, Sr. Deputado.

Agora, já percebemos uma coisa:

É que o PSD, no calor do debate Parlamentar, na refega parlamentar, quando perde, fica descredibilizado, fica claramente derrotado, faz-se vítima, “chora” e queixa-se da falta de maneiras dos oponentes.

Presidente: Sr. Deputado, agradecia que concluísse.

O Orador: Já todos percebemos isso. Mas esta não pega, Sr. Deputado.

Vamos continuar a fazer política e vamos continuar a dar motivos ao PSD para continuar a dizer coisas destes género, porque são muito importantes e demonstram que temos razão.

Vozes dos Deputados da bancada do PS e do Secretário Regional da Presidência (Vasco Cordeiro): Muito bem! Muito bem!

Presidente: Vamos suspender os nossos trabalhos por 30 minutos.

Eram 18 horas e 15 minutos.

Presidente: Srs. Deputados, vamos recomeçar os nossos trabalhos.

Eram 19 horas.

Tem a palavra o Sr. Deputado Artur Lima, para fazer a **Apresentação da Proposta de Resolução que Resolve encarregar a CAPAT de nas suas funções de acompanhamento da actividade política e administrativa se ocupar especificamente da verificação das condições em que estão a ser exercidas as obrigações de serviço público de rádio e televisão nos Açores;**

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

A realidade arquipelágica dos Açores, impõe, em muitas matérias do nosso quotidiano, a imposição do serviço público.

Todos nós percebemos a necessidade do serviço público e defendemo-lo intransigentemente, de forma a respeitar a igualdade de tratamento entre todos os açorianos.

A Lei n.º 8/2007, de 14 de Fevereiro, aprovou os Estatutos da Rádio e Televisão de Portugal S.A., os quais definem como objecto da sociedade a prestação dos serviços públicos de rádio e de televisão.

Os referidos Estatutos também definem que a sociedade tem centros regionais nas regiões autónomas, com capacidade necessária para a produção.

Recentemente, o Director do Centro Regional dos Açores foi auscultado por esta Assembleia Legislativa e declarou então à Comissão de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho, que “lamenta a falta de autonomia financeira do Centro Regional”, que “dispõe de um orçamento «muito limitado» já que ponderado pela administração da Rádio e Televisão de Portugal, SA, olhando essencialmente aos aspectos demográficos e esquecendo uma realidade arquipelágica, composta por nove ilhas”.

O Director do Centro manifestou concordância quanto às críticas dos deputados da Comissão relativamente à cobertura noticiosa deficiente da actividade parlamentar e considerou como “sua aposta” a “generalização da cobertura de todas as parcelas do arquipélago”.

Mas o Director do Centro transmitiu ainda à Comissão que nos Açores e quanto ao respectivo Centro Regional “há questões essenciais que foram abandonadas ao longo dos tempos, como seja a aquisição de equipamentos” e que “a televisão atingiu, hoje, a rotura no que respeita aos equipamentos”. Disse ainda pretender aceder à “criação de melhores condições de trabalho, por via da disponibilização de instalações, em cooperação com os municípios”.

Na sequência da audição, tendo em vista procurar solucionar os problemas constatados, a Assembleia Legislativa dos Açores veio a aprovar, em 21 de Fevereiro último, uma Resolução, em que recomendava ao Conselho de Administração da Rádio e Televisão de Portugal S.A., um conjunto de diligências.

Avulta como preocupação central da referida Resolução o cumprimento, por parte do Centro, dos critérios cruciais de qualidade, rigor, isenção, pluralismo, eficiência e eficácia, bem como a consideração do especial dever de realização da sua vocação de canal próprio, essencial à garantia de serviço público nos Açores.

Há, como se sabe, outras entidades que têm competências legais importantes, relativamente ao serviço público de comunicação social que incumbe a Rádio e Televisão de Portugal S.A. Seja como for, a Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores não se pode eximir do exercício do seu dever de acompanhamento do serviço público de rádio e televisão nos Açores. Não só, mas também, porque ele assume especificidades e exigências próprias num território insular como é o nosso. Não só, mas também, porque a Lei n.º 27/2007, de 30 de Julho (Lei da Televisão), estabelece no n.º 3 do seu art.º 56.º que as assembleias legislativas podem definir obrigações complementares específicas do serviço público de televisão.

Aliás a Assembleia Legislativa tem a competência política de se pronunciar, sob sua iniciativa, depois de habilitada com elementos que o justifiquem, sobre questões que digam respeito à Região.

Assim, o CDS/PP, nos termos estatutários aplicáveis, propõe que a Assembleia Legislativa dos Açores aprove uma Resolução que resolve encarregar a Comissão especializada permanente de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho, de ouvir todas as entidades, instituições e pessoas que considere útil, para:

1. Proceder à verificação e avaliação da forma como estão a ser exercidas as obrigações de serviço público de rádio e televisão, por parte da Rádio e Televisão de Portugal S.A. nos Açores.
2. Analisar e especificar os entraves ou dificuldades, sejam eles ao nível de infra-estruturas, equipamentos, meios humanos, meios financeiros ou de gestão, que eventualmente se estejam a colocar e que contribuam para que o referido serviço público não atinja os objectivos considerados adequados na Região.
3. Avaliar sobre o grau de cumprimento das recomendações constantes da Resolução aprovada pela Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, em 21 de Fevereiro de 2008.
4. Especificar as medidas concretas tomadas tendo em vista a melhoria da generalização da cobertura informativa de todas as parcelas da Região.
5. Obter outros elementos que possam ser considerados úteis para que a Assembleia Legislativa possa cumprir os seus deveres estatutários e regimentais nesta matéria.

6. Apresentar um Relatório, ao Plenário da Assembleia Legislativa, com o resultado do trabalho realizado, os elementos recolhidos e as respectivas conclusões, no prazo de cinco meses.

Presidente: Não havendo inscrições sobre esta apresentação, vamos passar para a **Apresentação da Anteproposta de Lei Primeira alteração à Lei nº. 19/2004, de 20 de Maio, que procede à Revisão da Lei Quadro que define o regime e forma de criação das Polícias Municipais.**

Tem a palavra o Sr. Deputado Francisco Coelho.

Deputado Francisco Coelho (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Todos sabemos a importância que a segurança constitui para os bens e para os cidadãos numa sociedade democrática.

Todos sabemos que para além de uma segurança objectiva é extremamente relevante o sentimento psicológico de segurança ou de insegurança que as próprias populações sentem, sendo ele próprio também uma realidade que se autonomiza e que tem consequências sociais, psicológicas, económicas e que, por isso mesmo, deve ser levado em devida conta pela sociedade e por quem tem os poderes públicos.

É certo que as causas da segurança ou que os fenómenos geradores de insegurança são múltiplos. Devem ser encarados sob várias perspectivas e merecerem, a montante, um conjunto vasto, variado e diversificado de respostas.

Mas para além disso, também é verdade que o papel que as forças de segurança desempenham, designadamente tendo em conta a sua distribuição, a quantidade e a qualidade dos seus recursos materiais e humanos, é, nessa medida e para esse desiderato, absolutamente fundamental.

Sabemos que os números objectivos acerca da segurança ou dos fenómenos de insegurança, nos Açores, são, em termos médios e no que diz respeito à média e grande criminalidade, absolutamente razoáveis, tanto quando é possível nesta matéria falar de razoabilidade, independentemente da gravidade relativa dos números.

No entanto, sabemos também que ao nível de alguma pequena criminalidade e do respectivo alarme social, ela tem vindo a aumentar nos Açores e tem constituído um factor de

preocupação das populações, dos órgãos de comunicação social, das autarquias, do Governo Regional e de mais entidades públicas.

Sobre esta matéria recordamos o papel recente (além da Associação de Municípios da Ilha de São Miguel) do próprio Presidente do Governo Regional que tomou já posição pública nesta matéria, não só exercitando o direito de ouvir o Comandante Regional da PSP sobre o assunto, mas dando conta de um conjunto de diligências políticas que passaram designadamente por negociar e pressionar o Governo da República a, tendo em conta as novas possibilidades abertas pela VI Revisão Constitucional, de algum modo delegar a coordenação e dar às autoridades regionais, aos órgãos de Governo próprio do executivo açoriano, um papel de intervenção e de coordenação nesta matéria, tendo em conta o conhecimento que tem da realidade.

Pensamos que esta é com certeza uma medida fundamental, não só para exercitarmos um conjunto de novas competências, mas também para, devido ao princípio da proximidade e mesmo da subsidiariedade, melhorarmos o grau de conhecimento, de prevenção, de eficácia e o sentimento de segurança das populações.

Sabemos também que não é despiciendo o papel, e exactamente porque a responsabilidade é de várias e múltiplas entidades públicas, que o poder local pode e deve assumir nesta matéria. Ou seja, não é em nossa opinião despiciendo o papel que, por exemplo, através da criação de polícias municipais, se possa dar ao combate ao fenómeno de insegurança.

Efectivamente não são poucas, afinal, as competências que podem caber a uma polícia municipal, desde:

- cooperar com as forças de segurança na manutenção da tranquilidade pública e na protecção de comunidades locais, nomeadamente através da partilha informação relevante e necessária para a prossecução das respectivas atribuições e na satisfação de pedidos de colaboração que legitimamente forem solicitados;
- vigilância dos espaços públicos ou abertos ao público, designadamente de áreas circundantes de escolas em coordenação com as forças de segurança;
- vigilância dos transportes urbanos locais, em coordenação com as demais forças de segurança;
- guarda de edifícios, equipamentos públicos municipais;
- regulação e fiscalização do trânsito rodoviário pedonal;

- área da respectiva jurisdição;
- verificação de cometimento de qualquer tipo de crime, podendo proceder à identificação, revista e até detenção de suspeitos no local de cometimento do ilícito, bem como proceder à sua imediata condução à autoridade judiciária;
- fiscalização de cumprimento de normas de estacionamento de veículos e na circulação rodoviária, incluindo a participação de acidentes de viação, que não envolvam procedimento criminal;
- adopção das providências organizativas apropriadas, aquando da realização de eventos na via pública que implicam restrições à circulação em coordenação com as demais forças de segurança competentes, quando necessário;
- proceder à execução de comunicações, de notificações e pedidos de averiguações por ordem das autoridades judiciárias e de outras tarefas locais de natureza administrativa, mediante eventual protocolo com o Governo da República ao integrarem também, em situação de crise ou de calamidade pública os serviços municipais de protecção civil.

Sabemos também que de acordo com a lei em vigor nesta matéria, que há uma responsabilidade financeira entre o Estado e os municípios e que a eventual criação de polícias municipais envolve, é certo, um dispêndio, que pode ser, sobretudo se atentarmos à nossa realidade, à dimensão territorial e também ao tipo e ao conjunto de receitas dos nossos municípios, penalizador para essa tomada de decisão.

Acresce também aqui, no nosso entender, que a realidade arquipelágica, a realidade ilha, não deixa de ter algum significado e não deixa, nesta matéria como em tantas outras, de justificar uma configuração própria que atenda e atente na realidade ilha.

Por isso mesmo, atentos os nossos poderes tão latos de iniciativa legislativa e também este tipo de matéria, pensamos que faz sentido, tendo como limite o respeito pela revelação constitucional da criação de polícias municipais que devem sempre ater-se ao território de uma determinada comunidade local, que é possível e que é desejável propormos esta Anteproposta de Lei à Assembleia da República para que em matéria da sua competência reservada possa prever que na realidade açoriana possam existir polícias municipais que abranjam mais do que um município dentro da mesma ilha e que desta forma, dependentes naturalmente desses municípios em moldes a regulamentar por esta casa e por Decreto Legislativo Regional possa, assim, dar um contributo importante para facilitar a criação

dessas polícias nesta nova modalidade, dando assim também um efectivo contributo para um aumento real da protecção dos cidadãos, dos bens e do sentimento de segurança das populações dos Açores.

Disse.

Secretário Regional da Presidência (*Vasco Cordeiro*): Muito bem!

Presidente: Não havendo inscrições para debate, tem a palavra a Sra. Deputada Catarina Furtado para fazer a **apresentação das Propostas de Resolução que visam instituir o Plenário Sénior e o Plenário Jovem.**

Deputada Catarina Furtado (*PS*): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Está explícito na Constituição Portuguesa que “a participação directa e activa de homens e mulheres na vida política constitui condição e instrumento fundamental de consolidação do sistema democrático”.

Numa sociedade moderna e coesa, todos, em diferentes fases da vida, devem poder contribuir plenamente para a mesma e ter acesso a novas janelas de oportunidades.

Com a autêntica revolução que se vive na área das tecnologias de informação e das novas ferramentas de comunicação, geram-se meios de diálogo e de participação cívica diferentes, associados, no entanto, ao risco de que surjam dificuldades de comunicação entre várias comunidades e gerações que não estão ou deixaram de estar ligadas entre si.

É reconhecido que a participação em actividades colectivas no domínio da cultura, do desporto, do lazer, e do activismo cívico e político, entre outras, contribui para a coerência e solidariedade das comunidades, podendo, deste modo, ajudar a combater o risco de atomização e isolamento das mesmas.

Assumimos que é nossa ambição alcançar uma distribuição cada vez mais ampla e justa das oportunidades, permitindo que todos os cidadãos tenham acesso a recursos, serviços, condições e competências, de forma a garantir que a teoria da igualdade de oportunidades e da cidadania activa se transforme em práticas reais e consequentes.

Convictos de que é dever de cada um de nós incentivar os cidadãos à participação cívica e política, sublinhando a importância da sua contribuição para a resolução de questões que afectam o seu presente e o seu futuro individual e colectivo, o Grupo Parlamentar do Partido

Socialista apresenta hoje a esta Assembleia dois projectos de resolução que visam **instituir a realização anual de um plenário jovem e de um plenário sénior**.

O Plenário Jovem completa nove sessões no próximo mês de Abril, até aqui a título informal. Esta prática tem demonstrado bem, quer pelo número de escolas participantes no processo que conduz à selecção dos alunos para a sessão final, quer pela pertinência e abrangência dos temas, a relevância da sua existência.

Propomos a sua instituição formal por pensarmos que as boas práticas devem ser fomentadas, sustentadas e valorizadas; por considerarmos que irá contribuir para a formação de cidadãos autónomos, participativos, solidários e civicamente responsáveis e, por acreditarmos que dando a conhecer aos mais jovens o significado do mandato parlamentar e o processo de decisão do parlamento estamos a transmitir-lhes valores de responsabilidade e do quão importante é a participação activa na vida da comunidade.

Esta responsabilidade sai reforçada com a inovação que é introduzida na realização do plenário jovem, nomeadamente o tratamento dado às suas deliberações que seguirão os mesmos trâmites previstos para as petições, com as devidas adaptações.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Relativamente ao projecto de se instituir a realização anual de um plenário sénior, importa articular todos os pressupostos referidos sobre a promoção de uma cidadania activa com alguns dados importantes emergentes das sociedades actuais, onde se inclui a sociedade açoriana, como sejam:

- A esperança de vida nas sociedades europeias melhorou exponencialmente: dos 43,5 anos, nos homens, em 1900 para os 75,5 em 2000 e esperam-se valores na ordem dos 82 em 2050, enquanto nas mulheres passou dos 46 para os 81,4 e estima-se que estes valores aumentem para 87,4 em 2050;
- Actualmente, uma proporção crescente de cidadãos vive reformas mais activas e de maior duração;
- É, também, cada vez maior o número de cidadãos que se reforma em óptimas condições de saúde física, com agilidade intelectual, com níveis de escolarização cada vez mais elevados, com competências diversificadas, em suma, gente qualificada, livre e disponível para participar civicamente de uma forma activa;

A possibilidade dos idosos açorianos se reunirem em sessões plenárias, no Parlamento dos Açores irá permitir impulsionar uma cidadania mais activa e participativa, o que passa desde logo pela sua organização a diferentes níveis nas suas ilhas, pela discussão e selecção prévia dos temas a debater; pelas medidas concretas sob a forma de propostas que visem o combate a problemas identificados e que decorrem das suas vivências e experiência de vida acumulada.

A realização de um plenário sénior permite uma maior aproximação entre os cidadãos e, entre estes e os seus órgãos de governo próprio, para além de possibilitar a participação cívica a partir das associações a que pertencem ou a se constituírem em novas associações; a conhecer, difundir e reivindicar os seus direitos e deveres com concretização efectiva das suas propostas.

Perante todas as razões aduzidas, o Grupo Parlamentar do Partido Socialista propõe que, nos termos regimentais aplicáveis, seja **instituída a realização anual de um Plenário Jovem e de um Plenário Sénior**, tendo em conta que:

- a) Os Plenários devem respeitar os princípios de representatividade e proporcionalidade definidos na lei eleitoral para os círculos de ilha;
- b) Nos plenários, consoante os temas em debate, devem, igualmente, ter assento, com direito ao uso da palavra, elementos das comissões parlamentares permanentes e membros do Governo Regional, respectivamente competentes;
- c) O tema dos debates deve ser definido com uma antecipação nunca inferior a 30 dias;
- d) As deliberações dos Plenários, votadas por maioria simples, seguem os trâmites previstos para as petições, com as devidas adaptações.

Disse.

Presidente: Não havendo inscrições para debate, vamos passar à **Anteproposta de Lei que procede à 5ª alteração ao Código de Estrada, reduzindo a taxa de álcool tolerado no sangue dos condutores.**

Tem a palavra o Sr. Deputado José Manuel Bolieiro.

Deputado José Manuel Bolieiro (PSD): Sr. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

A Anteproposta de Lei que promove a 5ª Alteração ao Código da Estrada, aprovado pelo Decreto-Lei nº 114/94, de 3 de Maio, que hoje debatemos em Plenário, é parte de um

conjunto de diplomas que o Grupo Parlamentar do PSD propõe para uma política de combate ao alcoolismo.

Nesta matéria e neste debate, preveleço-me do bom trabalho de investigação e das reflexões já produzidas pelo colega Alberto Pereira, Deputado da bancada do PSD que, entretanto, suspendeu o seu mandato.

Aproveito para daqui e agora o saudar, louvando o seu empenho nestas questões.

Não temos a pretensão de sermos donos da razão, nem donos do privilégio da iluminação intelectual.

Mas sabemos que há razões para agir e que temos razão no que propomos.

As nossas propostas representam inconformismo, determinação e coragem políticas. Podem ser apelidadas de arrojadas, mas são, em nossa opinião, consistentes, coerentes e realistas.

São propostas abertas ao seu próprio aperfeiçoamento.

Admitimos que surjam outras soluções.

A relevância da matéria justifica a sua discussão pública.

Saúdo, por isso, a iniciativa do jornal “Açoriano Oriental”, que no seu sítio na Internet abriu um inquérito/sondagem de opinião sobre esta matéria.

Convocar os açorianos para debate desta matéria, recolhendo contributos para o processo legislativo em curso, merece o nosso apreço.

Em todo o conjunto das nossas propostas, o PSD não trocará qualquer medida útil para o combate ao alcoolismo, por um supérfluo e rapidamente esgotável momento de protagonismo político.

Por isso, desde já, afirmamos que não deixaremos de aceitar qualquer proposta cujo sentido e conteúdo promovam os objectivos que propomos.

Em nossa opinião, não há verdadeiramente argumentos decisivos e credíveis do ponto de vista técnico e científico contra os objectivos e propostas que apresentamos.

Elas inscrevem-se no quadro das soluções preconizadas pelos estudos mais credíveis da doutrina nacional e estrangeira e adoptadas nos países e regiões que mais eficazmente combatem este problema.

Validamos o que a Deputada Piedade Lalanda já disse neste plenário e cito: “parecia tabu falar de alcoolismo (...) há urgência em agir, mesmo que isso implique reconhecer que

somos todos responsáveis pelo facto de o alcoolismo ser a principal toxicod dependência entre os portugueses”.

Pela nossa parte o tabu quebra-se já.

Agora importa saber se temos ou não a coragem e a determinação políticas para agir.

Esta Anteproposta de Lei que promove a 5ª alteração ao Código da Estrada, previne uma das mais graves consequências do consumo de álcool – a sinistralidade rodoviária.

Mais de um terço dos acidentes de viação estão relacionados com a ingestão de bebidas alcoólicas. É sabido que, mesmo em quantidades reduzidas, o álcool tem o efeito de diminuir a capacidade de coordenação motora e os reflexos, interferindo, com consequências gravosas, na capacidade para conduzir veículos.

Um estudo recente realizado pelo ISCTE conclui que os portugueses são favoráveis a uma lei mais restritiva, que reduza a actual taxa de tolerância de álcool por litro de sangue. O estudo conclui que, em média, os condutores inquiridos defendem uma taxa de alcoolemia de 0,38 gramas, e uma redução mais significativa para os condutores reincidentes no álcool. Neste caso, a média situa-se nos 0,30 gramas.

Um estudo recente do investigador Alberto Peixoto, concluiu que o combate ao álcool é a campanha mais reivindicada, o que denota a consciência da gravidade do fenómeno.

Se este é o sentimento geral relativamente à taxa de alcoolemia permitida à generalidade dos condutores, mal se compreende, por maioria de razão, que condutores de veículos de transporte público e de mercadorias e de veículos de socorro, de emergência e de transportes escolares, bem como condutores com menos de dois anos de habilitação legal para conduzir não estejam sujeitos a regras mais restritivas, atenta a especial exigência imposta pela natureza das actividades em causa, as características dos veículos, bem como a natureza ou especial fragilidade dos ocupantes.

A sinistralidade rodoviária assume, nos Açores e no país, elevadas taxas de mortalidade. Sendo diversas as suas causas, observa-se contudo que mais de um terço dos acidentes de viação se relacionam com a ingestão de bebidas alcoólicas.

Não obstante as acções de prevenção rodoviária, as campanhas de sensibilização e a fiscalização exercida pelas autoridades, o fenómeno continua a revelar dimensão alarmante.

O compromisso de Portugal diminuir as taxas de sinistralidade até 2010 em 50% relativamente aos valores de 2001 exige medidas urgentes.

Deputado Pedro Gomes (PSD): Muito bem!

O Orador: O Plano de Acção contra o alcoolismo, interpretando correctamente as causas e os efeitos e com base na experiência de outros países, preconiza mesmo a redução da taxa de alcoolemia permitida, pondo em evidência a estrita necessidade de normas mais restritivas para certas categorias de condutores.

A redução das taxas de alcoolemia para as supra citadas categorias de condutores, quando conduzam aqueles veículos, constitui um contributo sério e responsável para a eficácia do planeamento e para a imperiosa redução da sinistralidade rodoviária.

Aceitando a sugestão lançada pelo Secretário Regional da Habitação e Equipamentos, no âmbito da sua audição pela Comissão Permanente Especializada de Economia, e a proposta do PS, alteramos a nossa proposta inicial de tolerância zero para os condutores de transportes colectivos de crianças, de veículos de socorro e de emergência, passando a respectiva taxa para 0,3 gramas por litro de sangue, aliás à semelhança dos grupos de condutores de veículos ligeiros de transporte público de aluguer e pesados de passageiros ou de mercadorias, bem como dos titulares com menos de dois anos de habilitação legal para conduzir.

Fomos sensíveis aos argumentos que invocam dúvidas de ordem científica, quanto à exigência de tolerância zero de álcool no sangue.

Esta alteração é para aplicação a todo o território nacional.

A partir dos Açores, pensamos Portugal inteiro.

Disse!

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Presidente: Tem a palavra a Sra. Deputada Ana Moniz.

* **Deputada Ana Moniz (PS):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

A presente Anteposta de Lei visa a alteração dos artigos 81º e 145º do Código da Estrada, aprovado pelo Decreto-Lei nº 114/94, de 3 de Maio, com as alterações que lhe foram introduzidas posteriormente.

Esta iniciativa legislativa propõe a redução da taxa máxima de alcoolemia permitida para certas categorias de condutores, entre elas de veículos de socorro, de emergência e de transporte de crianças para zero gramas por litro.

Convém recordar que a opção legislativa de introduzir taxas máximas de alcoolemia mais reduzidas não é novidade ao nível da política de combate à sinistralidade nas estradas portuguesas.

Deputado Osório Silva (PS): Muito bem!

A Oradora: Isso mesmo chegou a acontecer em 2001, com a aprovação do Decreto-Lei nº 265-A/2001, de 28 de Setembro, quando o Governo da República alterou o Código da Estrada diminuindo o teor máximo do álcool no sangue permitido aos condutores para uma taxa de 0,2 gramas por litro, e criando uma contra-ordenação nos casos em que aquela taxa fosse superior a 0,2 gramas por litro e inferior a 0,5 gramas por litro.

Contudo, foi o PSD a nível nacional que se insurgiu contra esta medida, manifestando dúvidas e pedindo, ao fim de poucos meses de aprovação desta medida, a sua suspensão, invocando tratar-se de uma opção insuficientemente fundamentada.

É caso para perguntar agora aos deputados do PSD e dos Açores a que estudos tiveram entretanto acesso, uma vez que contrariamente ao PSD nacional se mostram esclarecidos e sem dúvidas ao proporem estas medidas tão assertivamente.

No que toca às afirmações que fazem na exposição de motivos desta Anteproposta de Lei, até são peremptórios ao referir (e passo a citar):

“...mais de um terço dos acidentes de viação se relacionam com a ingestão de bebidas alcoólicas”.

Os Srs. Deputados do PSD, afinal, não têm falta de informação. Parece é que citam apenas aquilo que mais lhes convém, embora neste caso não refiram a fonte, uma falha grave que devia ser reparada.

Mas há mais aspectos que merecem uma chamada de atenção nesta exposição de motivos, os quais não podemos ignorar.

Ao contrário do que aqui é mencionado, a Região apresenta actualmente o índice de sinistralidade mais baixo do país.

Os dados que o PSD refere neste texto dizem respeito ao período de 2001 a 2004. É caso para se dizer, porque lhes convém.

Estamos em 2008, Srs. Deputados e já há dados disponíveis para 2007.

Deputado Gaspar Lima (PS): Muito bem!

A Oradora: Entre 2004 e 2007, a redução do número de mortes na estrada foi de 38% nos Açores, Srs. Deputados. É esta a nossa realidade actual e a verdade para ser reconhecida.

Deputado Sérgio Ferreira (PSD): E o número de acidentes, Sra. Deputada?

A Oradora: Para a melhoria destes resultados muito tem contribuído, sem dúvida, a actuação do executivo neste domínio, uma actuação consertada, nomeadamente em vários factores e aspectos: a melhoria das vias de comunicação, a sua sinalização, uma melhor preparação para os exames de condução, a realização de acções de formação e campanhas de sensibilização, inclusivamente dirigidas para jovens nas faixas etárias dos 14 aos 16 anos.

Deputado Nuno Amaral (PS): Muito bem!

A Oradora: Queremos sublinhar que a alteração das taxas máximas de alcoolemia permitidas, como agora se propõe, pode produzir efeitos na prática, mas o Grupo Parlamentar do Partido Socialista está ciente que é mais importante intensificar as acções de prevenção e de fiscalização neste domínio.

No que respeita à alteração do artigo 81º do Código da Estrada proposta pelo PSD, e sem pôr em causa a oportunidade desta nova opção legislativa, entende-se que a medida agora proposta pode suscitar algumas dificuldades de implementação práticas, porque a ingestão de determinados alimentos e ou medicamentos, pode interferir com a taxa de alcoolemia acusada no sangue.

Por isso, os Deputados do Partido Socialista propuseram em Comissão alterar este valor para 0,3 gramas por litro.

Neste sentido, os Deputados do Partido Socialista entendem dar parecer favorável a esta anteproposta, na generalidade...

Deputado José Manuel Bolieiro (PSD): Neste caso já não é parecer, é declaração de voto!

A Oradora: Desculpe, ainda estou a aprender, mas aprendo com agrado.

... embora apresentando propostas de alteração para a especialidade que já foram apresentadas em comissão.

Muito obrigada.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Habitação e Equipamentos.

* **Secretário Regional da Habitação e Equipamentos** (*José Contente*): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

É para, em nome do Governo, dizer que reputamos este assunto de grande importância e actualidade e naturalmente também, exprimiui a suas convicções em sede de audição, tentando adequar um pouco à realidade que nos parece mais consensual nesta altura, relativamente às taxas de alcoolémica no sangue.

As TAS que actualmente vigoram na Europa são muito mais elevadas do que aquelas que são propostas neste articulado deste diploma, mas não nos parece que seja neste momento despiciendo, esta postura da Região, até porque o Código de Estrada vai estar neste momento em revisão no todo nacional.

Portanto, é uma iniciativa que deve merecer o nosso acolhimento. É um problema que nos Açores também existe, ainda que, como a Sra. Deputada disse e bem, a sinistralidade da Região tem vindo a diminuir.

O índice de sinistralidade na Região é o mais baixo do país, admitindo como conceito de índice de sinistralidade o número de mortos por 100 acidentes. É mais baixo que na Madeira e é mais baixo do que no Continente. Isso não deve ser motivo de auto comprazimento de ninguém, porque o que seria bom era que não houvesse nenhuma vítima nas estradas açorianas.

É com esse espírito que devemos tentar colaborar num assunto que é uma magna questão aqui e no país, mas que de algum modo pode ter, com este contributo também, a percepção no todo nacional de que nós consideramos este problema como um assunto relevante em termos nacionais e que nos dispusemos a dar um contributo sério para que também, a este nível, se pudesse ir melhorando estas situações, aliás, um pouco de acordo com aquilo que as directivas comunitárias começam a emanar e também com aquilo que está previsto em termos de uma redução de sinistralidade, com um horizonte temporal que aqui também já ouvi falar.

Portanto, o Governo teve uma postura na Comissão no sentido de não ser totalmente proibitivo uma proposta que nos parecia que era de algum modo muito radical e que tinha alguns problemas sob o ponto de vista do fisiologia humana, se quiséssemos falar assim, mas também entendemos que há que reduzir essa taxa nos grupos que de algum modo têm

responsabilidades acrescidas pelo tipo de actividade que comportam ou pelo tipo de pessoas que transportam.

Esta é a posição do Governo Regional.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Artur Lima.

* **Deputado Artur Lima (CDS/PP):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Uma nota prévia.

Presumo que o Grupo Parlamentar do PSD não estaria “alcoholizado” quando entendeu o Grupo Parlamentar do PS mudar a taxa de 0,0 para 0,3. Saúdo esse entendimento.

Tomei aqui nota de uma expressão que o Sr. Deputado José Manuel Bolieiro usou na sua intervenção: “uma proposta arrojada”.

Devo dizer-lhe, Sr. Deputado, com o devido respeito, que a vossa proposta inicial em vez de arrojada era desastrada. Desastrada, porque impunha o zero, o grau absoluto. Isso, além de irrealista, não fundamentada, Sr. Deputado, era até extremista e fundamentalista.

Nestas coisas é preciso ter bom senso. Ainda bem que o bom senso imperou de algum modo e se passou a taxa para 0,3, já dando alguma latitude a quem, nem bebendo álcool, segundo a vossa proposta inicial, poderia apresentar uma taxa de alcoholémica positiva, ou seja, superior a zero.

Portanto, esta proposta ora em discussão é razoável (0,3) e merece a nossa aprovação. A outra obviamente nunca poderia merecer. Como já disse, era fundamentalista e extremista.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Francisco Coelho.

* **Deputado Francisco Coelho (PS):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Na sequência do muito que já aqui foi dito, gostava, sublinhando isso, de também fazer alguns considerandos sobre esta Anteproposta de Lei.

Desde logo, começando por afirmar naturalmente que nenhuma dúvida subsiste acerca da recta intenção dos propósitos e dos objectivos nobres do Grupo Parlamentar do PSD, como proponente desta proposta, sendo certo também que eles serão, com certeza, comuns e consensuais nesta câmara, como tenho a certeza, noutros areópagos.

Mas a verdade é que este assunto tem também, como sabemos, algumas complexidades, desde logo ao nível químico, clínico e de se saber exactamente, face aos estudos feitos, o que

é que ao variar no que é lícito e não lícito, desde logo ao nível do conteúdo nacional nesta matéria, tem uma efectiva ligação ao nível da boa condução e da boa coordenação de movimentos.

É sempre uma matéria que, como é evidente, ao nível cultural, etc., embora de uma forma parcelar ao nível da condução automóvel, não deixa de se relacionar com as opções das pessoas e das liberdades num determinado sentido (esta como muitas outras, como a famigerada lei do tabaco).

Portanto, é isso exactamente que tem que ser por nós, pelo zelador, devidamente ponderado. Sabemos que essas ponderações têm sido feitas, como bem recordou a Deputada Ana Isabel Moniz, embora de uma forma generalizada para todos os cidadãos. Já há alguns anos ao nível da Assembleia da República teve-se uma ideia semelhante a essa, cujas peripécias e posições dos diversos autores políticos todos conhecemos.

É isto que é preciso relevar tendo em conta essa boa intenção e, como foi aqui lembrado, o diploma foi melhorado, porque efectivamente, como bem referiu o Deputado Artur Lima, nesta matéria, o zero absoluto não me parece aconselhável por razões evidentes.

Relativamente à exposição de motivos, e gostava de propor isso de forma consensualizada, há aqui, como referiu a Sra. Deputada Ana Isabel Moniz, um período que não corresponde à verdade. Estou a referir-me ao segundo parágrafo e ao período que começa exactamente por: “no mesmo período, nos Açores registou-se um crescimento de 70% sendo uma das Regiões portuguesas e europeias onde mais cresceram as vítimas mortais dos acidentes rodoviários”. Penso que não teremos dificuldade, em nome da verdade, porque uma boa leitura dos números não nos leva a concluir isso, em alterarmos esta matéria.

Também sabemos (mas isto não é grave, trata-se de uma constatação) que não estamos aqui para fazer concursos de originalidade. Sabemos que esta solução é conhecida, é experimentada, adoptada, quer na União Europeia (é o caso de Espanha), quer inclusive também para estas categorias de pessoas (para algumas delas pelo menos, para os condutores profissionais), noutros países, como os Estados Unidos.

Basta recordar que os portugueses que têm a categoria de motoristas e que trabalham para as forças americanas estacionadas nas Lajes, estão, ao nível do contrato laboral, exactamente submetidos a essa regra e dentro dessa obrigação contratual.

Por isso mesmo, vamos naturalmente aprovar esta iniciativa, sendo também certo que não resisto a deixar aqui uma dúvida, sendo certo com certeza que o Deputado José Manuel Bolieiro, insigne jurista e salutar e bravo autonomista, certamente pensou nela.

Será mesmo que neste momento, face ao nosso ordenamento jurídico-constitucional, esta matéria tinha que ser objecto de uma Anteposta de Lei e não poderia ser competência legislativa própria desta Assembleia?

Fico a aguardar a opinião do Sr. Deputado José Manuel Bolieiro.

Presidente: Srs. Deputados, compete-me dizer-vos, sem prejuízo do debate, que faltam 10 minutos para atingirmos a nossa hora de encerramento dos trabalhos.

Tem a palavra o Sr. Deputado José Manuel Bolieiro.

* **Deputado José Manuel Bolieiro (PSD):** Obrigado, Sr. Presidente. Considerarei o seu alerta quanto ao horário.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Relativamente às soluções arrojadas que o PSD reclama como apresentante de um conjunto de diplomas sobre alcoolismo, reafirmo que, no conjunto das propostas, tal como afirmei na minha intervenção, há propostas arrojadas.

Quanto a este segmento daquele conjunto de diplomas, a alteração ao Código de Estrada tem cabimento constitucional e estatutário. Começo por isso, a responder ao Sr. Deputado Francisco Coelho.

Tratando-se de direitos, liberdades e garantias que possam estar em causa, é uma competência da Assembleia da República.

Para que não suscitem dúvidas quanto à competência da Assembleia legislar sobre direitos, liberdades e garantias e prevalecendo da clareza do artigo 227º da Constituição, designadamente a alínea f), nº 1, que remete por sua vez para o nº 1 do artigo 167º, esta é a solução jurídica e também política adequada para que, com garantia, possamos ter sucesso quanto ao seu percurso legal.

Quanto às decisões políticas da Assembleia da República, os partidos e os Deputados na Assembleia da República decidirão o seu destino na Assembleia da República.

Aqui, neste Parlamento, decidem os que cá estão. Portanto, mandamos nós nesta matéria – primeira, nota de convicção política e de convicção jurídica.

Segunda questão, dirigindo-me à Deputada Ana Moniz:

Para quem terminou dizendo que afinal de contas a matéria é consensual e o PS, além do parecer favorável, dará o seu voto de concordância, até porque participou, e não neguei, a paternidade na própria formulação final desta iniciativa (tal como ali disse, não vim aqui reclamar um protagonismo político inútil, mas procurar sim, uma iniciativa útil para um objectivo consensual na sociedade portuguesa), não joga bem o pressuposto da sua intervenção, Sra. Deputada, com a sua conclusão e também do Grupo Parlamentar do Partido Socialista. Está descontextualizada.

De qualquer modo, devo dizer que essas vossas preocupações, mesmo quanto à elevação da taxa de 0,0 para 0,3, não joga também, por coerência, com as opções do Partido Socialista a nível nacional e, desde logo, com o Governo da República, então liderado pelo Eng.º António Guterres, quando aprovou em sede de Conselho de Ministros uma resolução sobre estas matérias.

Sra. Deputada, foi claro (e também em resposta ao Deputado Artur Lima), em debate, o então Secretário de Estado Boquinhas (curioso nome!):

“Nesta resolução do Conselho de Ministros ficou clara esta preocupação através de uma definição mais rigorosa do número de gramas por litro que será permitido em termos de alcoolemia. Estamos a falar não só de 0,3 gramas por litro para os condutores de veículos ligeiros de transportes públicos, de aluguer, de pesados, de passageiros e de mercadorias, mas também de ...” surpreenda-se Sra. Deputada e todo o Grupo Parlamentar do PS, “... de 0,0 gramas por litro para os condutores de veículos de socorro, de emergência e de transportes escolares”.

Deputado Clélio Meneses (PSD): Muito bem!

O Orador: Pensamos que isto é extremamente importante para dar um sinal da nossa preocupação, não só em relação aos profissionais de saúde ligados ao transporte de emergência e de socorro, mas também no que diz respeito ao transporte de crianças que, como sabem, são muitas vezes fruto de alguns excessos relacionados com conduções menos apropriadas.

Este era um objectivo político, uma convicção do Governo do Partido Socialista que merece da nossa parte apreço, razão pela qual aqui subscrevemos. Não reivindicamos protagonismos em matéria tão relevante e consensual na sociedade, como aliás os estudos provam, designadamente o do ISCTE, como também o de Alberto Peixoto.

Portanto, quanto a essa matéria penso que ficamos entendidos. Não ficou a Sra. Deputada e o Grupo Parlamentar do PS esclarecidos anteriormente, lamentavelmente. Espero que agora tenham ficado esclarecidos.

Quanto às questões relativas ao preâmbulo, eu próprio admiti que havendo novos dados estatísticos da época de 2004 até ao presente, como o Sr. Secretário disse em sede de audição na Comissão de Economia, que incluiríamos na exposição de motivos. Imediatamente respondemos solicitando ao Sr. Secretário que fizesse chegar esses números. Curiosamente o Presidente da Comissão já me fez chegar ao computador para efeitos de constar na redacção final, na exposição de motivos.

Finalmente, para esclarecer toda a câmara que o estudo pedido pela União Europeia, ao Institute of Alcohol Studies, da Inglaterra, é claro quanto a esta matéria de redução das gramas de álcool por litro de sangue admitidas, diz:

“Um limite mais baixo de 0,2 gramas litro, devia ser introduzido para os condutores jovens, condutores de serviços públicos e de veículos pesados de mercadoria.

Os países com níveis mais baixos não os devem subir.”

Há também orientações da União Europeia quanto à possibilidade de introdução da taxa zero.

Acontece, como afirmei na minha intervenção inicial, que se a Comunidade Científica tem dúvidas, mas se há países que admitem e têm no seu quadro jurídico a taxa zero, não vejo que estes problemas possam ser, como dizia o Deputado Artur Lima, de forma desgarrada e cientificamente pouco fundamentada, um desastre.

Não é desastre nenhum.

O Sr. Deputado Artur Lima ou quem quer que seja, não tem sequer competência científica, técnica ou política, para dizer, designadamente às recomendações da União Europeia e aos países que têm no seu ordenamento jurídico a tolerância zero, de que são um desastre,...

Deputada Ana Isabel Moniz (PS): Os senhores é que tiveram dúvidas, não fomos nós!

O Orador: ... porque têm índices de sinistralidade bastante mais baixos do que Portugal.

Nessa matéria não damos lição.

Foi um dislate o que disse o Sr. Deputado.

Mas porque estamos em matéria consensual, devo dizer que aceitando, como aliás afirmei na apresentação do diploma, os argumentos nesta fase de cultura e de civilização nacional,

porque se trata de uma lei para o país, era aceitável manter então esta categoria de condutores que estamos a legislar (os outros, para além dos que aqui falamos, mantêm o 0,5 gramas por litro). São estes condutores com determinadas condições profissionais especializadas e de determinadas viaturas, e desde logo, determinado público transportado (crianças!) ou os veículos de emergência e socorro, que passam para 0,3.

Deputada Ana Isabel Moniz (PS): Não foi essa a vossa luta a nível nacional.

Os senhores é que pediram a suspensão da lei!

O Orador: Portanto, não se trata sequer de discutir protagonismo. Por isso é que não faz sentido a intervenção da Sra. Deputada Ana Moniz, que enquadra num contexto que parecia que o Grupo Parlamentar estava contra a iniciativa. Afinal não está.

Não faz sentido querer imputar uma rejeição ao Grupo Parlamentar do PSD quanto às propostas e às dúvidas levantadas pelo Secretário Regional da Habitação e Equipamentos, auditado na Comissão de Economia, porque foram imediatamente aceites.

Portanto, nesta matéria valorizo mais o consenso e o bom senso de todos os deputados, incluindo a Deputada Ana Moniz e os Deputados Artur Lima e Francisco Coelho, ao declarem o sentido de voto favorável, porque quanto ao argumentário há muito que se diga.

Deputado Nuno Amaral (PS): Nomeadamente o seu argumentário!

O Orador: Ele não foi muito feliz, nem sequer compatível com o rigor científico nesta matéria e com o que se passa no mundo moderno quanto às opções indicadas pela União Europeia de que devem ser reduzidas as taxas de alcoolemia no sangue, toleradas desde logo pelos respectivos Códigos de Estrada.

Deputada Ana Isabel Moniz (PS): Sejam mais coerentes com o vosso partido a nível nacional!

O Orador: Portanto, para dizer, Sr. Presidente, que por parte do PSD ficamos satisfeitos com o consenso que se verifica nesta casa para a proposta de alteração ao Código de Estrada, que reduz as taxas de alcoolemia no sangue para os condutores, e também afirmamos (e agradeço o reconhecimento do Sr. Deputado Francisco Coelho) a nossa maturidade autonómica, propondo ao país, por esta via, soluções para o país inteiro.

Muito obrigado.

Vozes dos Deputados a bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

Presidente: Tenho ainda inscritos a Sra. Deputada Piedade Lalanda e o Sr. Deputado Artur Lima.

Pedia aos Srs. Presidentes dos Grupos Parlamentares e ao Sr. Secretário Regional, o favor de se aproximarem da mesa.

(Pausa)

Tem a palavra a Sra. Deputada Piedade Lalanda.

*** Deputada Piedade Lalanda (PS):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Apesar desta interrupção do debate, penso que é bom recordar aqui – isso não invalida a posição que o Partido Socialista adopta em relação a esta proposta do PSD – que realmente na política as coisas que se negam numa altura podem aceitar-se passado uns tempos.

Deputado José Manuel Bolieiro (PSD): Os “actores” são outros de qualquer modo, Sra. Deputada!

A Oradora: Aquilo que foi dito há pouco, em jeito de aparte, é digno de se dizer em voz alta. Esta proposta do PSD não é uma proposta original, mas é uma proposta copiada.

Deputado Rogério Veiros (PS): Apoiado!

A Oradora: Diga-se, o que é que foi dito por um deputado do PSD, aquando do debate, na Assembleia da República:

“A proposta de 0,2 foi insuficientemente fundamentada por parte do Governo do Partido Socialista.

O limite máximo de 0,5 (...) afirmando que a eliminação completa da condução indevida sob o efeito do álcool constitui a meta ideal...

Deputado José Manuel Bolieiro (PSD): Sra. Deputada, eu referi que isso era por referência a todos os condutores !

A Oradora: ... a atingir, mas é preciso reconhecer que sem a aceitação do público e sem justificação, a fixação de um limite não será eficaz.”

Chega-se ao ponto de se dizer o seguinte:

“A questão não está na taxa de 0,2 ou 0,5, porque não é isso que contribui para o problema da sinistralidade rodoviária neste país.”

Na altura, os Deputados do Partido Socialista chamaram a atenção que “já em Espanha se adoptava o limite de 0,3 para condutores inexperientes e para condutores do transporte de mercadorias perigosas” e os Deputados do PSD continuaram a afirmar que a questão da taxa, havia estudos científicos que provavam, “não é uma questão de graus alcoólicos”.

Realmente é preciso não ter noção do seu passado.

Deputado José Manuel Bolieiro (PSD): A Sra. Deputada concorda com os Deputados do PSD ou com os do PS da altura?

A Oradora: Não é isso! Nós concordamos com essa filosofia, mas os senhores têm que admitir que corrigiram o vosso caminho retomando uma posição que contrariaram, com fundamento científico, em 2000.

É só isso que é preciso dizer.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Artur Lima.

* **Deputado Artur Lima (CDS/PP):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Deputado José Manuel Bolieiro:

Não tiro o mérito à sua iniciativa. Concordo com a taxa de 0,3.

Agora, V. Exa. não se pode espantar com o debate que se faz à volta deste tema, apesar de votar favoravelmente, porque quem tem memória e se lembra de alguns debates que foram feitos nesta casa, não sobre esta matéria, mas sobre outras, lembra-se que os senhores argumentaram tudo o que quiseram e bem entenderam, quase destruindo a proposta, e depois votaram favoravelmente (avivo-lhe a memória nessa matéria, Sr. Deputado).

Portanto, o debate deve ser feito e expressámos as nossas opiniões, pese embora, com bom senso, votarmos e reconhecemos o mérito da vossa proposta, Sr. Deputado.

Agora, eu não retiro o que disse, porque o 0,0 era grave, era um desastre para Portugal. E eu, Sr. Deputado, ainda sou português, conheço o meu povo, conheço os seus costumes. O zero absoluto era um desastre. Não retiro nem uma letra ao “desastre”.

O Sr. Deputado tem dificuldade em refutar esta afirmação, porque ao querer impor o grau absoluto, o Sr. Deputado está a rejeitar a cultura do seu povo.

Muito obrigado.

Deputado José Manuel Bolieiro (PSD): Eu aceitei a alteração!

Presidente: Srs. Deputados, vamos votar na generalidade.

Os Srs. Deputados que concordam na generalidade, por favor mantenham-se como se encontram.

Secretário: Na generalidade, a Anteproposta de Lei foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado José Manuel Bolieiro.

* **Deputado José Manuel Bolieiro (PSD):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Apenas para chamar a atenção que, na especialidade, o debate e a respectiva votação devem considerar a proposta de alteração subscrita por todos os deputados que fazem parte da Comissão de Economia. Eu não faço parte a título efectivo (bem gostaria de a subscrever), mas concordo em absoluto com a proposta subscrita por todos os deputados e que consta do respectivo relatório que emite parecer sobre esta Anteproposta de Lei.

Muito obrigado.

Presidente: Srs. Deputados, com este entendimento, vamos votar as propostas de alteração.

Os Srs. Deputados que concordam, por favor mantenham-se como se encontram.

Secretário: As propostas de alteração foram aprovadas por unanimidade.

Presidente: Votação final global.

Os Srs. Deputados que concordam, por favor mantenham-se como se encontram.

Secretário: Em votação final global, a Anteproposta de Lei foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Este diploma baixa à Comissão para redacção final.

Passamos à apresentação do **Pedido de Urgência e Dispensa de Exame em Comissão que Resolve encarregar a CAPAT de, nas suas funções de acompanhamento da actividade política e administrativa, se ocupar especificamente da verificação das condições em que estão a ser exercidas as obrigações de serviço público de rádio e televisão nos Açores.**

Tem a palavra o Sr. Deputado Artur Lima.

* **Deputado Artur Lima (CDS/PP):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Este assunto já foi debatido hoje nesta casa e foi amplamente debatido aquando do Projecto de Resolução do PS.

Portanto, acho que a Comissão está em condições de começar a fazer de imediato o seu trabalho e sem mais demoras.

Julgo que se justifica plenamente a urgência e dispensa de exame em Comissão.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Francisco Coelho.

* **Deputado Francisco Coelho (PS):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Relativamente à urgência, que é isso que estamos agora a tratar, de acordo com o próprio objecto da resolução, a acção recomendada é para ser executada num prazo de 5 meses.

Acresce também que a própria resolução, entre as várias tarefas que incumbe a Comissão Permanente dos Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho, prevê verificar e acompanhar o próprio cumprimento da resolução, que na reunião plenária de Fevereiro aqui aprovámos.

Por isso, o Grupo Parlamentar do Partido Socialista entende que não há razões, neste caso, para não seguir o processo legislativo comum, aplicado por analogia, e, portanto, votaremos desfavoravelmente o pedido de urgência e dispensa de exame em Comissão.

Presidente: Passamos à votação.

Os Srs. Deputados que concordam com a urgência, por mantenham-se como se encontram.

Os Srs. Deputados que discordam, façam o favor de se sentar.

Secretário: O pedido de urgência e dispensa de exame em Comissão foi rejeitado com 25 votos contra do PS, 1 voto a favor do CDS e 15 abstenções do PSD.

Presidente: O diploma baixa à comissão.

Para uma declaração de voto tem a palavra o Sr. Deputado José Manuel Bolieiro.

* **Deputado José Manuel Bolieiro (PSD):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Apenas uma breve explicação para o sentido de voto da bancada do PSD.

Entendemos, e não é de agora, que quando se trata desse tipo de encomenda do plenário para um trabalho de Comissão, não deve estar no âmbito de uma proposta ou de um projecto de resolução.

Na verdade, porque não tendo eficácia externa, como não tem, quando o plenário recomenda uma determinada comissão de fazer certo trabalho, que aliás já consta da respectiva resolução e das suas competências, devia fazer por deliberação e ela era imediatamente votada e depois a respectiva comissão faria o trabalho que o plenário solicitava.

Portanto, continuamos a achar, de forma particular e convicta, e aliás invocando deliberação tomada em conferência de líderes na anterior legislatura, que estes processos deveriam ter a forma de deliberação.

Penso que o Sr. Presidente da Assembleia tem condições para confirmar o que acabo de dizer.

Muito obrigado.

Presidente: Sr. Deputado, esse assunto já foi debatido na anterior legislatura. Não foi recuperado para esta. Tem sido a prática. Eu tenho o meu próprio entendimento, mas é uma questão que endereço à Comissão de Reforma do Parlamento.

Temos de seguida os **Relatórios e pareceres**, da CAPAT, **sobre as autorizações para prestarem depoimento como testemunhas os Srs. Deputados Jorge Alberto Costa Pereira e Helder Guerreiro Marques da Silva.**

Os Srs. Deputados que concordam, por favor mantenham-se como se encontram.

Secretário: Os relatórios foram aprovados por unanimidade.

Presidente: Por fim, temos a **Proposta de Deliberação que declara finda a sessão plenária de Março**

Os Srs. Deputados que concordam, por favor mantenham-se como se encontram.

Secretário: A Proposta de Deliberação foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Srs. Deputados, obrigado.

Boa Páscoa para todos.

Eram 20 horas e 15 minutos.

Deputados que entraram durante a Sessão:

Partido Socialista (PS)

Manuel Herberto Santos da Rosa

Nuno André da Costa Soares Tomé

Partido Social Democrata (PSD)

António Augusto Batista Soares Marinho

Jorge Manuel de Almada Macedo

José Manuel Avelar Nunes

José Manuel Cabral Dias Bolieiro

Mark Silveira Marques

Deputados que faltaram à Sessão:

Partido Socialista (PS)

António Gonçalves Toste Parreira

Hernâni Hélio Jorge

Luís Paulo de Serpa Alves

Manuel Avelar Cunha Santos

Partido Social Democrata (PSD)

António Lima Cardoso Ventura

António Pedro Rebelo Costa

* Texto não revisto pelo orador

Documentos entrados

PROJECTO DE RESOLUÇÃO

INSTITUIÇÃO DO PLENÁRIO JOVEM

A transmissão de valores de responsabilidade e de participação na vida da comunidade contribui para a formação de cidadãos autónomos, participativos, solidários e civicamente responsáveis.

É utilizando o debate e a participação política, como meios, que se conseguem construir novas ideias e aprofundar novos e velhos princípios e que o direito à diferença, a tolerância e

a diversidade de opiniões sempre foram o pilar fundamental do desenvolvimento das sociedades.

Assim:

Considerando que a cidadania se refere a um ideal substancial de pertença e participação numa comunidade política, que ser cidadão é ser reconhecido como um membro pleno e igual da sociedade, com o direito de participar no processo político;

Considerando que é dever de cada um de nós incentivar o interesse dos jovens pela participação cívica e política, sublinhando a importância da sua contribuição para a resolução de questões que afectam o seu presente e o seu futuro individual e colectivo, fazendo ouvir as suas propostas junto dos órgãos de poder político;

Considerando a importância de darmos a conhecer aos mais jovens o significado do mandato parlamentar e o processo de decisão do Parlamento, enquanto órgão representativo de todos os cidadãos açorianos;

Considerando que é prática informal desta assembleia a realização de um plenário jovem por ano, que tem demonstrado bem, através do número de escolas participantes no processo que conduz à selecção dos participantes, a pertinência e relevância da sua existência;

Considerando que as boas práticas devem ser fomentadas, sustentadas e valorizadas;

Nos termos estatutários e regimentais aplicáveis, os Deputados do Partido Socialista abaixo assinados propõem à Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores que seja **instituída a realização anual de um Plenário Jovem**, tendo em conta que:

a) O Plenário deve respeitar os princípios de representatividade e proporcionalidade definidos na lei eleitoral para os círculos de ilha;

- b) No plenário, consoante os temas em debate, devem, igualmente, ter assento, com direito ao uso da palavra, elementos das comissões parlamentares permanentes e membros do Governo Regional, respectivamente competentes;
- c) O tema dos debates deve ser definido com uma antecipação nunca inferior a 30 dias;
- d) As deliberações do Plenário, votadas por maioria simples, seguem os trâmites previstos para as petições, com as devidas adaptações.

Horta, 12 de Março de 2008

Os Deputados Regionais, *Francisco Coelho, José San-Bento, Catarina Furtado, Cláudia Cardoso, Lizuarte Machado e Herberto Rosa*

PROJECTO DE RESOLUÇÃO

INSTITUIÇÃO DO PLENÁRIO SÉNIOR

Está explícito na Constituição Portuguesa que é incumbência do Estado a necessidade de tomar medidas “de carácter económico, social e cultural tendentes a proporcionar às pessoas idosas oportunidade de realização pessoal, através de uma participação activa na vida da comunidade” e que “a participação directa e activa de homens e mulheres na vida política constitui condição e instrumento fundamental de consolidação do sistema democrático”.

Assim:

Considerando que numa sociedade moderna e coesa, todos, em diferentes fases da vida, devem poder contribuir plenamente para a mesma e ter acesso a novas janelas de oportunidade;

Considerando que a participação em actividades colectivas no domínio da cultura, do desporto, do lazer, e do activismo cívico e político, entre outras, contribui para a coerência e solidariedade das comunidades, podendo, deste modo, ajudar a combater o risco de atomização e isolamento das mesmas;

Considerando que com a autêntica revolução que se vive na área das tecnologias de informação e das novas ferramentas de comunicação, geram-se meios de diálogo e de participação cívica diferentes, associados, no entanto, ao risco de que surjam novas lacunas de comunicação entre várias comunidades e gerações que não estão ou deixaram de estar ligadas entre si;

Considerando que a esperança de vida nas sociedades europeias melhorou exponencialmente: dos 43,5 anos, nos homens, em 1900 para os 75,5 em 2000 e esperam-se valores na ordem dos 82 em 2050, enquanto nas mulheres passou dos 46 para os 81,4 e estima-se que estes valores aumentem para 87,4 em 2050;

Considerando que actualmente, uma proporção crescente de cidadãos vive reformas mais activas e de maior duração;

Considerando que é cada vez maior o número de cidadãos que se reforma em óptimas condições de saúde física, com agilidade intelectual, com níveis de escolarização cada vez mais elevados, com competências diversificadas, em suma, gente qualificada, livre e disponível para participar civicamente de uma forma activa;

Considerando que a nossa ambição deve ser a de alcançar uma distribuição mais ampla das oportunidades, permitindo que todos os cidadãos tenham acesso a recursos, serviços, condições e competências, e garantido que a teoria da igualdade de oportunidades e da cidadania activa se transforme em práticas reais e consequentes.

Nos termos estatutários e regimentais aplicáveis, os Deputados do Partido Socialista abaixo assinados propõem à Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores que seja **instituída a realização anual de um Plenário Sénior**, tendo em conta que:

e) O Plenário deve respeitar os princípios de representatividade e proporcionalidade definidos na lei eleitoral para os círculos de ilha;

- f) No plenário, consoante os temas em debate, devem, igualmente, ter assento, com direito ao uso da palavra, elementos das comissões parlamentares permanentes e membros do Governo Regional, respectivamente competentes;
- g) O tema dos debates deve ser definido com uma antecipação nunca inferior a 30 dias;
- h) As deliberações do Plenário, votadas por maioria simples, seguem os trâmites previstos para as petições, com as devidas adaptações.

Horta, 12 de Março de 2008

Os Deputados Regionais, *Francisco Coelho, José San-Bento, Catarina Furtado, Cláudia Cardoso, Lizuarte Machado e Herberto Rosa*

Nota Justificativa

Há características sócio-culturais que marcam de forma bastante acentuada a sociedade açoriana neste início do século XXI. Destas podemos destacar, a dispersão geográfica pulverizada em nove ilhas de tamanho variado e de densidade populacional bastante variável; o facto das ilhas mais pequenas e menos populosas serem as que apresentam maiores taxas de envelhecimento da população.

Os efeitos de isolamento e atomização das nossas comunidades espalhadas pelas nove ilhas, têm sido minimizados graças a políticas de cariz social muito marcante que através de um progressivo e intenso apetrechamento de equipamentos sociais, de várias ordens, têm vindo a dotar todas as ilhas de meios e instrumentos capazes de promover a coesão e inclusão social de forma eficaz.

As políticas dos sucessivos governos regionais, da responsabilidade do Partido Socialista, não têm descurado os idosos. Esta faixa etária tem sido um dos principais eixos da actuação governativa, garantindo o direito a habitações condignas; complementos de reforma; programas de apoio à aquisição de medicamentos; infra-estruturação das várias comunidades com lares e centros de dia condignos e a garantia de um apoio domiciliário cada vez mais abrangente e eficaz; programas que fomentam o turismo sénior inter-ilhas; entre outros.

Todas estas medidas contribuem para a inclusão e coesão social e criam condições propícias a uma participação mais activa e qualificada na vida da sociedade açoriana.

A possibilidade dos idosos açorianos se reunirem em sessões plenárias, nesta assembleia irá permitir impulsionar uma cidadania mais activa e participativa, o que passa desde logo pela organização a diferentes níveis nas suas ilhas, pela discussão e selecção prévia dos temas a debater; pelas medidas concretas sob a forma de propostas que visem o combate a problemas identificados e que decorrem das suas vivências e experiência de vida acumulada.

A realização de um plenário sénior irá permitir uma maior aproximação entre estes cidadãos e os órgãos de governo próprio, para além de possibilitar a participação cívica a partir das associações a que pertencem ou a se constituírem em novas associações; a conhecer, difundir e reivindicar os seus direitos e deveres com concretização efectiva das suas propostas.

RELATÓRIO E PARECER SOBRE O PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO PARA O DEPUTADO JORGE ALBERTO COSTA PEREIRA PRESTAR DEPOIMENTO, COMO TESTEMUNHA, NOS AUTOS DO PROCESSO DE INQUÉRITO N.º 23/07.9TAHRT, A CORRER TERMOS NOS SERVIÇOS DO MINISTÉRIO PÚBLICO DA HORTA

Capítulo I

INTRODUÇÃO

A Comissão de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho reuniu no dia 12 de Março de 2008, na sede da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, na cidade da Horta.

Da agenda da reunião constava a apreciação, relato e emissão de parecer, na sequência do solicitado por Sua Excelência o Presidente da Assembleia Legislativa, sobre a autorização para o Deputado Jorge Alberto Costa Pereira prestar depoimento, como testemunha, nos autos do Processo de Inquérito n.º 23/07.9TAHRT, a correr termos nos Serviços do Ministério Público da Horta.

O pedido do Presidente da Assembleia Legislativa foi enviado à Comissão de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho, no dia 11 de Março, para relato e emissão de parecer.

Capítulo II

ENQUADRAMENTO JURÍDICO

Nos termos do artigo 24.º do Estatuto Político-Administrativo, o Estatuto dos Deputados à Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores é equiparado ao Estatuto dos Deputados à Assembleia da República no que se refere aos direitos, regalias e imunidades consagrados constitucionalmente.

O n.º 2 do artigo 157.º da Constituição da República Portuguesa, dispõe que os Deputados não podem ser ouvidos como declarantes nem como arguidos sem autorização da Assembleia.

O artigo 11.º do Estatuto dos Deputados à Assembleia da República (Lei n.º 7/93, de 1 de Março, com as alterações introduzidas pelas Leis n.º 24/95, de 18 de Agosto, n.º 55/98, de 18 de Agosto, n.º 8/99, de 10 de Fevereiro, n.º 45/99, de 16 de Junho, n.º 3/2001, de 23 de Fevereiro, e n.ºs 44/2006 e 45/2006, ambas de 25 de Agosto) reproduz o referido texto constitucional (n.º 2), estabelece que o pedido de autorização é apresentado pelo juiz competente em documento dirigido ao Presidente da Assembleia (n.º 5) e determina que a decisão é tomada pelo Plenário, precedendo audição do deputado e parecer da comissão competente (n.º 6).

Nos termos da Resolução da Assembleia Legislativa Regional n.º 1-A/99/A, de 28 de Janeiro, os “assuntos constitucionais, estatutários e regimentais” e a “organização e funcionamento da Assembleia” são competência da Comissão de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho.

Capítulo III

APRECIACÃO DO PEDIDO

Recebido o pedido, a Comissão procedeu à audição do Deputado Jorge Alberto Costa Pereira, nos termos do n.º 6 do artigo 11.º do Estatuto dos Deputados, que informou das

razões e circunstâncias em que foi arrolado como testemunha nos autos do referido processo e manifestou a sua disponibilidade para prestar depoimento.

O Processo de Inquérito n.º 23/07.9TAHRT resulta de uma denúncia efectuada pelo Presidente da Assembleia Legislativa, na sequência de uma notícia publicada pelo jornal “O Incentivo”.

Capítulo IV

SÍNTESE DAS POSIÇÕES DOS DEPUTADOS

Os *Grupos Parlamentares do PS e do PSD* e o *Deputado Independente* manifestaram posições de concordância com a autorização para que o mencionado Deputado preste depoimento na qualidade de testemunha.

Capítulo V

CONCLUSÕES E PARECER

Com base na apreciação efectuada, a Comissão de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho concluiu pela inexistência de qualquer impedimento ao solicitado, emitindo, por unanimidade, parecer no sentido de autorizar o Deputado Jorge Aberto Costa Pereira a prestar depoimento, como testemunha, nos autos do Processo de Inquérito n.º 23/07.9TAHRT, a correr termos nos Serviços do Ministério Público da Horta.

Consequentemente, o pedido está condições de ser agendado para apreciação e deliberação em reunião plenária, conforme dispõe o n.º 6 do artigo 11.º do Estatuto dos Deputados.

Horta, 12 de Março de 2008

O Relator, *Rogério Veiros*

O presente relatório foi aprovado por unanimidade.

O Presidente, *Hernâni Jorge*

RELATÓRIO E PARECER SOBRE O PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO PARA O DEPUTADO HELDER GUERREIRO MARQUES DA SILVA PRESTAR DEPOIMENTO, COMO TESTEMUNHA, NOS AUTOS DO PROCESSO DE INQUÉRITO N.º 23/07.9TAHRT, A CORRER TERMOS NOS SERVIÇOS DO MINISTÉRIO PÚBLICO DA HORTA

Capítulo I **INTRODUÇÃO**

A Comissão de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho reuniu no dia 12 de Março de 2008, na sede da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, na cidade da Horta.

Da agenda da reunião constava a apreciação, relato e emissão de parecer, na sequência do solicitado por Sua Excelência o Presidente da Assembleia Legislativa, sobre a autorização para o Deputado Hélder Guerreiro Marques da Silva prestar depoimento, como testemunha, nos autos do Processo de Inquérito n.º 23/07.9TAHRT, a correr termos nos Serviços do Ministério Público da Horta.

O pedido do Presidente da Assembleia Legislativa foi enviado à Comissão de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho, no dia 11 de Março, para relato e emissão de parecer.

Capítulo II **ENQUADRAMENTO JURÍDICO**

Nos termos do artigo 24.º do Estatuto Político-Administrativo, o Estatuto dos Deputados à Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores é equiparado ao Estatuto dos Deputados à Assembleia da República no que se refere aos direitos, regalias e imunidades consagrados constitucionalmente.

O n.º 2 do artigo 157.º da Constituição da República Portuguesa, dispõe que os Deputados não podem ser ouvidos como declarantes nem como arguidos sem autorização da Assembleia.

O artigo 11.º do Estatuto dos Deputados à Assembleia da República (Lei n.º 7/93, de 1 de Março, com as alterações introduzidas pelas Leis n.º 24/95, de 18 de Agosto, n.º 55/98, de 18 de Agosto, n.º 8/99, de 10 de Fevereiro, n.º 45/99, de 16 de Junho, n.º 3/2001, de 23 de Fevereiro, e n.ºs 44/2006 e 45/2006, ambas de 25 de Agosto) reproduz o referido texto constitucional (n.º 2), estabelece que o pedido de autorização é apresentado pelo juiz competente em documento dirigido ao Presidente da Assembleia (n.º 5) e determina que a decisão é tomada pelo Plenário, precedendo audição do deputado e parecer da comissão competente (n.º 6).

Nos termos da Resolução da Assembleia Legislativa Regional n.º 1-A/99/A, de 28 de Janeiro, os “assuntos constitucionais, estatutários e regimentais” e a “organização e funcionamento da Assembleia” são competência da Comissão de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho.

Capítulo III

APRECIACÃO DO PEDIDO

Recebido o pedido, a Comissão procedeu à audição do Deputado Hélder Guerreiro Marques da Silva, nos termos do n.º 6 do artigo 11.º do Estatuto dos Deputados, que informou das razões e circunstâncias em que foi arrolado como testemunha nos autos do referido processo e manifestou a sua disponibilidade para prestar depoimento.

O Processo de Inquérito n.º 23/07.9TAHRT resulta de uma denúncia efectuada pelo Presidente da Assembleia Legislativa, na sequência de uma notícia publicada pelo jornal “O Incentivo”.

Capítulo IV

SÍNTESE DAS POSIÇÕES DOS DEPUTADOS

Os *Grupos Parlamentares do PS e do PSD* e o *Deputado Independente* manifestaram posições de concordância com a autorização para que o mencionado Deputado preste depoimento na qualidade de testemunha.

Capítulo V

CONCLUSÕES E PARECER

Com base na apreciação efectuada, a Comissão de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho concluiu pela inexistência de qualquer impedimento ao solicitado, emitindo, por unanimidade, parecer no sentido de autorizar o Deputado Hélder Guerreiro Marques da Silva a prestar depoimento, como testemunha, nos autos do Processo de Inquérito n.º 23/07.9TAHRT, a correr termos nos Serviços do Ministério Público da Horta.

Consequentemente, o pedido está condições de ser agendado para apreciação e deliberação em reunião plenária, conforme dispõe o n.º 6 do artigo 11.º do Estatuto dos Deputados.

Horta, 12 de Março de 2008

O Relator, *Rogério Veiros*

O presente relatório foi aprovado por unanimidade.

O Presidente, *Hernâni Jorge*

A redactora: Maria da Conceição Fraga Branco